



DIANA CATARINA RIBEIRO MIRANDA

**Tráfico de Menores em Portugal: especificidades, enquadramento
internacional e europeu.**

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa

Maio de 2017



DIANA CATARINA RIBEIRO MIRANDA

**Tráfico de Menores em Portugal: especificidades, enquadramento
internacional e europeu.**

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Teresa Quintela de Brito, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa

Maio de 2017

Declaração de Compromisso de Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

A ti Pai, memória imperdível de mim
A ti Mãe, a minha essência
Ao Eduardo, meu segundo pai
Ao meu Irmão, a eterna criança que há em mim.

“Children do not constitute anyone's property:
they are neither the property of their parents nor even of society.
They belong only to their own future freedom.”

Mikhail Bakunin

Agradecimentos

Inicio os meus agradecimentos pela minha orientadora, a Professora Teresa Quintela de Brito, por todo o seu empenho, dedicação, disponibilidade, paciência infundável e entusiasmo na discussão de todas as questões suscitadas, tanto no decorrer desta dissertação tal como na disciplina de Crimes em Especial que serviu de mote para a escolha deste presente tema.

Um agradecimento nunca irá chegar para a minha Mãe, para o Eduardo e para o João. Agradeço o que me ensinaram e todos os valores que me transmitiram. Sem o vosso apoio incondicional não seria possível redigir esta dissertação. Obrigada por toda a paciência, compreensão e apoio ao longo destes meses. Mas, acima de tudo, por todo o amor que em muito se traduz nesta dissertação.

Aos amigos, os de sempre e aqueles com quem tive a sorte de me cruzar ao longo do meu percurso. Aos de Barcelos, por toda a compreensão, ajuda e gargalhadas. Cabe, porém, um agradecimento especial à Ana por me transmitir toda a sua persistência, ambição e ter partilhado comigo um novo mundo por explorar. Obrigada por veres o melhor de mim.

Ao que Lisboa me trouxe: Ana, Miriam e Rita, por nunca terem desistido de mim. Esta dissertação é tanto minha como vossa. Um agradecimento nunca será suficiente, somente a amizade. À Beatriz, Marta, Rita e Rúben por caminharem sempre ao meu lado e pelas palavras de incentivo.

A Coimbra, por me ter ensinado a olhar para o Mundo de uma forma diferente, a ter uma atitude crítica e a nunca desistir perante uma adversidade. Obrigada pelos melhores anos da minha vida académica, em especial à S..

Aos meus colegas de trabalho, em especial à Grace, Inês, Rita e Vitória por todas as palavras, conselhos e amizade.

Por fim a Ti, que estás sempre presente e me ajudas em tudo na vida. Obrigada por olhares por mim.

Menções especiais

A) Modo de citar

i) Monografias: APELIDO, Nome do(s) autor(es), *Título da Obra*, Editora, Cidade, Ano

ii) Artigos: APELIDO, Nome do(s) autor(es), *Título do Artigo*, in “Nome da Revista”, volume, número, Editora, Cidade, Ano, Páginas

iii) Documentos na Internet: APELIDO, Nome do(s) autor(es) (se houver), *Nome do documento*, cidade, ano, em nome do site, (consultado a ...)

B) Acordo Ortográfico

O presente trabalho de dissertação foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, aprovado nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, publicada na 1.ª Série do Diário da República de 29 de Julho de 2008.

C) Traduções

Por opção pessoal, e no intuito de preservar a autenticidade dos autores aqui citados, iremos manter as transcrições de autores e leis estrangeiras na língua de leitura.

Lista de Abreviaturas

AC - Acórdão

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APF – Associação para o Planeamento da Família

Art.º - Artigo

Artsº. - Artigos

CAIM – Projecto Cooperação-Acção- Investigação-Mundivisão

CAP – Centro de Acolhimento e Protecção

CC – Código Civil

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-lei

IAC – Instituto de Apoio à Criança

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OTSH – Observatório do Tráfico de Seres Humanos

RAPVT – Rede de Apoio à Protecção a Vítimas de Tráfico

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TFUE – Tratado de Funcionamento da União Europeia

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TSH – Tráfico de Seres Humanos

UE – União Europeia

O corpo da presente dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total 196.114 caracteres.

Resumo

Nem sempre o Tráfico de Menores foi reconhecido com a real importância que detém. Ao longo do tempo, tornou-se clara a necessidade de criar disposições específicas para o Tráfico de Menores. Na falta destas disposições, a criminalização do tráfico de menores foi incluída, a título de exemplo, no tráfico de pessoas, quando operado a nível internacional, e no lenocínio de menores, quando reportada a nível interno. Só após a reforma do Código Penal de 2007 é que o legislador consagrou o tráfico de menores.

No que concerne à ordem internacional, assistimos à criação de diversos instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a *Convenção sobre os Direitos da Criança* e o *Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*. A criação destes instrumentos, que se refletiu não só no ordenamento jurídico português como no espanhol e italiano, levou os Estados-Membros a introduzir, nos seus ordenamentos jurídicos, disposições semelhantes às constantes nos referidos instrumentos de cariz internacional.

A par das mudanças legislativas, tornou-se, ainda, necessário proceder à distinção do tráfico de menores de outros crimes, que podem muitas vezes ser confundidos, tal como acontece com o Auxílio à Imigração Ilegal. Desta forma, o combate ao Tráfico de Menores encontra-se vinculado a um procedimento específico, com características excecionais, pois este é praticado pela criminalidade altamente organizada. O referido procedimento inicia-se com a sinalização da vítima e irá culminar com a efetiva condenação dos agentes do crime de tráfico de menores.

A crise dos refugiados é neste momento uma das maiores preocupações da comunidade internacional. A par do crescente número de refugiados a chegar às

fronteiras do continente europeu, acresce a preocupação pela possibilidade de as redes de tráfico estarem a traficar menores refugiados.

Em suma, propusemo-nos realizar uma análise ao que se encontra legislado, mencionando as especificidades do tráfico de menores, tanto a nível nacional como internacional.

Palavras-Chaves: Tráfico de Pessoas, Tráfico de Menores, Instrumentos Jurídicos Internacionais, Refugiados.

Abstract

Child trafficking hasn't always been known to the extent it holds today. Throughout history, the need to legislate particularly on the matter of child trafficking became real. However, due to the absence of specific laws, it was incorporated into two other crimes: human trafficking – on the international scene – and the prostitution of children – on the national scene. Not only after the 2007's penal code reform, did the legislator regulate the crime of child trafficking.

Internationally, there were created several legal instruments such as the *Convention on the Rights of the Child* and the *Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, especially Women and Children*. These instruments reflected upon the Portuguese's legal system, as well as the Spanish's and the Italian's, and forced the member States to legislate accordingly.

Alongside with the new legislation it became necessary to differentiate the crime of child trafficking from other similar crimes, such as aiding illegal immigration. Today, the fight against child trafficking follows a procedure with extraordinary characteristics, for it is committed by highly organized criminals. It begins with the identification of the victim and comes to an end with the sentencing of the perpetrators.

Currently, the refugee crisis is one of the greatest concerns of the international community. Not only are refugees arriving in the European borders in great numbers, but it is also believed that the trafficking organizations are operating on the refugees themselves.

Therefore, the main goal of this dissertation is to analyze the characteristics of both national and international laws and regulations on child trafficking.

Key words: human trafficking, child trafficking, international legal instruments, refugees.

Considerações Iniciais

A crescente preocupação com os Direitos Humanos, em especial com os Direitos das Crianças, fez surgir um novo foco de atenção para o Tráfico de Menores. É verdade que o tema não é novo, pois evidenciamos a prática de tráfico de menores desde os tempos mais remotos da civilização. Porém, os contornos cada vez mais desumanos a que o tráfico de menores é associado tornam necessário relançar o debate jurídico sobre ele.

Com a presente dissertação pretendemos realizar um percurso histórico na evolução da criminalização do tráfico de pessoas, tal como do tráfico de menores. O ponto de viragem, na criminalização do tráfico de menores, no nosso ordenamento jurídico, ocorreu com a reforma do Código Penal de 2007 que alargou o âmbito de aplicação do tráfico de pessoas e consagrou o tráfico de menores.

No que concerne aos instrumentos jurídicos, não poderíamos deixar de analisar os que foram criados a nível internacional. Torna-se vital entender o que se dispõe a nível internacional para o Tráfico de Menores e qual o rumo seguido pelos diversos Estados-Membros, nos seus ordenamentos jurídicos internos.

Propomo-nos, ainda, analisar alguns crimes com que nos deparamos no decorrer do tráfico de menores. Mas não só, é necessário proceder a uma distinção do tráfico de menores de outros crimes, como o Auxílio à Imigração Ilegal. Iremos realizar, também, uma análise do procedimento processual penal aplicável ao tráfico de menores.

Não podemos, evidentemente, deixar de lado a atual crise dos refugiados que nos faz questionar se alguns menores refugiados, que chegam ao continente europeu, não serão vítimas das redes de tráfico de menores.

Em suma, o objetivo desta dissertação é analisar o que se encontra atualmente legislado para o tráfico de menores. Iremos realizar uma análise a

Tráfico de Menores em Portugal: especificidades, enquadramento internacional e europeu.

nível nacional, sublinhando as especificidades do tráfico de menores, bem como a nível internacional. Impõe-se, assim, analisar o tráfico de menores, de modo a que, no fim, seja protegido o que realmente importa: os Menores.

Capítulo I - Tráfico de Pessoas e Tráfico de Menores: enquadramento geral à luz dos princípios orientadores e respetiva diferenciação.

O caminho traçado até aos dias de hoje.

1. O Tráfico de Pessoas: a origem e o princípio do fim

*“Those who do not remember the past
Are condemned to repeat it”*

George Santayana

A consciencialização do Tráfico de Pessoas, tal como o conhecemos nos dias de hoje, implicou um longínquo caminho até culminar na sua criminalização. Arriscaríamos, como fazem diversos autores, recuar temporalmente até ao tempo dos Descobrimentos para sustentar o aparecimento do tráfico de pessoas, devido ao acentuado crescimento das redes de escravos que se verificou na época¹. Porém, não importa fazer somente este retrocesso histórico. Assim, para falarmos da origem do tráfico de pessoas, necessitamos de retrogradar até ao início da civilização. O tráfico de pessoas foi adquirindo vertentes e facetas bastante distintas, traduzindo-se em condutas e meios diversificados. Existe alguma incerteza quando tentamos localizar um marco inicial do aparecimento do tráfico de pessoas.

¹ “O Tráfico de Seres Humanos é um problema de sociedade, um problema que tem a ver com o grau de liberdade e democracia que se vive numa determinada sociedade”, ALBANO, Manuel, “O combate ao Tráfico de Seres Humanos em Portugal 2007-2010”, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1. Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 71.

Desde o início dos tempos que assistimos a incalculáveis violações à dignidade humana², quer através da escravatura, quer através da utilização das mulheres para fins de exploração sexual. A prática destes atos é, na sua essência, uma violação direta aos Direitos do Homem e à sua Liberdade. Culminamos este raciocínio na constatação de que, quando se efetivou a referida consciencialização, iniciou-se uma nova era, acompanhada da adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem³.

O primeiro marco de viragem, para a punição do tráfico de pessoas, reside, essencialmente, no ano de 1807 quando o Parlamento Britânico aboliu o comércio de escravos. No seguimento desta decisão parlamentar, surge em 1814 o Tratado de Paris, concretizado entre Inglaterra e França, que visou, também, a abolição do tráfico de escravos, enquanto objeto de comércio. Estas foram as primeiras “punições” ao tráfico de pessoas, que se traduziram na abolição destas redes, que existiam por todo o Mundo.

A nível Internacional, após a decisão do Parlamento Britânico e do Tratado de Paris, assistimos a um esforço para proteção dos Direitos do Homem. Esse esforço consistiu na abolição da escravatura, do tráfico de escravos, e das instituições e práticas análogas à escravatura, em 1926, pela Sociedade das Nações. Abolição que veio a ser confirmada mais tarde pela Organização das Nações Unidas^{4 5}. Neste seguimento, assistimos, a 3 de Setembro de 1953, à aprovação, pela Comunidade Internacional⁶, da primeira *Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*, na qual se consagra o direito à vida e a proibição da escravatura. Após um lapso de tempo

² “O problema social do tráfico reside, pois, na discrepância muito significativa (e quase sempre cruel) entre os valores protegidos e os actos cometidos”, MACHADO, Paulo “Compreender o tráfico de pessoas: do global ao local”, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 – Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pag. 10.

³ Aprovada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III), de 10 de Dezembro de 1948. Publicada no *Diário da República*, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978.

⁴ Doravante designada pela abreviatura O.N.U..

⁵ Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl42172.pdf>.

⁶ Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-04-11-950-ets-5.html>.

considerável, por fim, em 1989, foi aprovada a *Convenção dos Direitos das Crianças*⁷.

As reviravoltas evidenciadas permitem vislumbrar um novo patamar: o início do fim do tráfico de pessoas.

2. Tráfico de Pessoas: a evolução legislativa.

2.1 Criminalização do Tráfico de Pessoas em Portugal.

Surge agora a necessidade de especificar o caminho traçado por Portugal até à efetiva concretização, a nível legislativo, da criminalização do tráfico de pessoas. Em conformidade com o que foi exposto anteriormente, Portugal tem a sua própria história no que respeita ao tráfico de pessoas⁸. Portugal acompanhou este desenvolvimento, porém, de uma forma significativamente mais lenta, uma vez que a *Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais*, datada de 1953, só entrou em vigor em 9 de Novembro de 1978⁹.

⁷ Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989, e ratificada por Portugal a 21 de Setembro de 1990. Aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série A, n.º 211/90; Ratificação: Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de Setembro, publicado no *Diário da República*, I Série A, n.º 211/90.

Disponível

em:

https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

⁸ “ (...) O Tráfico de Seres Humanos afecta homens e mulheres, mas não é neutro do ponto de vista do género. Com efeito, está muitas vezes intimamente ligado com práticas discriminatórias, nomeadamente aquelas em que o poder dentro das relações é desigual. Estas situações estão alicerçadas [...] na desigualdade de género, de acesso a bens e serviços, à educação e ao trabalho, mas também em discriminações étnicas ou raciais, quer nos países de origem ou de destino das pessoas traficadas, entre outras”, ALBANO, Manuel, “O combate ao Tráfico de Seres Humanos em Portugal 2007-2010”, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1, Tráfico Desumano: Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 64.

⁹ Assinada por Portugal em 22 de Setembro de 1976 e aprovada para ratificação pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 236/78 (retificada por Declaração da Assembleia da República, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 286/78, de 14 de Dezembro).

Com o mesmo lapso de tempo a *Convenção dos Direitos das Crianças* (de 1989) só foi ratificada em 1990.

Portugal não esteve na vanguarda da proteção dos Direitos do Homem nem dos Direitos Fundamentais, no que ao tráfico de pessoas respeita, nem foi um país ativista na abolição da escravatura. Consequentemente, a criminalização do tráfico de pessoas poderia ter sido o passo seguinte, seguindo a lógica da abolição da escravatura, porém não foi o que sucedeu. A origem da criminalização do tráfico de pessoas, de forma mais próxima à que reconhecemos nos dias de hoje, só surgiu no final do século XIX, devido às campanhas contra a prostituição e servidão sexual¹⁰.

O nosso Ordenamento Jurídico conheceu, por via do Código Penal¹¹ de 1982¹², a primeira criminalização do tráfico de pessoas. Nesta primeira criminalização, o conteúdo da norma não vai de encontro ao que encontramos no atual C. P.. Assim, assistimos à criminalização do Tráfico de Pessoas no anterior art. 217º n.º 1¹³, inserido no Capítulo dos “crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social” e na Secção dos “crimes sexuais”, denotando desde já que a única finalidade do tráfico de pessoas punível seria a sexual, referindo-se tanto à prostituição como à prática de atos contrários ao pudor ou à moralidade sexual. Porém, esta norma vem colocar como requisito, além da finalidade sexual, o caráter transfronteiriço. Para que houvesse punição por via desta norma, tornava-se necessário que os atos fossem praticados fora do território nacional. No caso de prática da conduta com intenção lucrativa ou uso de violência ou ameaça grave, a pena era agravada. Agravação que ainda seria superior nos casos do n.º 3, que pressupõem uma relação de proximidade e/ou familiar, em que a vítima

¹⁰ A este respeito *Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem*. Entrada em vigor na ordem jurídica internacional: 25 de Julho de 1951. Portugal: aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 31/91, de 10 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série-A, n.º 233/91. Entrou em vigor em Portugal a 30 Setembro de 1992.

¹¹ Doravante designado por C.P..

¹² 1ª Versão do C.P., aprovada pelo Decreto-Lei 400/82, de 23 de Setembro.

¹³ “1 - Quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, será punido com prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias”.

está sob o domínio do agente (por razões familiares, económicas, por ter sido confiada à sua educação, direção, assistência, guarda ou cuidado). O art. 217º do C.P. de 1982, na versão originária, tinha como intenção a proteção da vítima, mas sobretudo dos valores e padrões de conduta da sociedade. Como última nota relativa a esta criminalização, quando a prática destes atos se realizava em território nacional, deveria aplicar-se os arts. 215º ou 216º do C.P., relativos ao crime de lenocínio.

A revisão de 1995 do C.P.¹⁴ vem modificar a criminalização do tráfico de pessoas, consagrando-a agora no art. 169º¹⁵, inserido sistematicamente no Capítulo dos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, na Secção dos crimes contra a liberdade sexual. Deste modo, o bem jurídico protegido passa a ter um carácter pessoal. O que difere, também, da redação anterior é a supressão de alguns meios, como o aliciamento, sedução ou desvio, surgindo os meios de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta¹⁶. Tal como na antiga disposição, continuamos a encontrar um crime de resultado, pois é necessário um evento espaço-temporalmente destacado da conduta, ou seja, *“levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade”*. Além disso, está-se perante um crime de dano ou lesão do bem jurídico-penalmente tutelado (a liberdade sexual). Outra alteração operada por esta revisão foi o acréscimo da exigência de *“exploração de uma situação de abandono ou de necessidade”*, sem paralelo no preceito anterior. Nos casos de relação familiar ou dependência da vítima, a agravação do crime de tráfico passou a estar prevista no art. 177º. O que continuou inalterado foi o carácter transfronteiriço da conduta, tal como se

¹⁴ Aprovada pelo DL n.º 48/95, de 15 de Março.

¹⁵ *“Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.”*

¹⁶ Neste sentido, SANTOS, Boaventura de Sousa, GOMES, Conceição, DUARTE, Madalena, BAGANHA, Maria Ioannis, *“Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual”*, CIG, 2009, pág. 60, nota 7.

encontrava na redação originária. Sendo assim necessário remeter, uma vez mais, para o crime de lenocínio os atos praticados em território nacional (art. 170º¹⁷). Ao lado deste crime existe o de lenocínio de menores, regulado no art. 176º¹⁸, que segue a mesma linha normativa que o art. 170º, porém, aplica-se somente quando a vítima é menor entre os 14 e 16 anos de idade. No entanto, o seu n.º 2 consagra uma agravação pelos meios ou quando a vítima tiver menos de 14 anos. Retira-se da alteração ao art. 169º que a intenção do legislador não se centrou em punir a prostituição ou outros atos de relevo a nível sexual, mas sim os atos que o agente pratica que levem a vítima a prostituir-se ou a praticar atos sexuais de relevo. Ou seja: trata-se de um crime de resultado¹⁹.

Com a revisão ao C.P. de 1998²⁰, chega-nos outra versão da criminalização do tráfico de pessoas (art. 169º²¹). À luz desta disposição são elementos essenciais do crime o seu carácter transfronteiriço, os meios utilizados (violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta) e a finalidade de levar a vítima à

¹⁷ “1 - *Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição ou a prática de actos sexuais de relevo, explorando situações de abandono ou de necessidade económica, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.*”.

¹⁸ “1 - *Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor entre 14 e 16 anos, ou a prática por este de actos sexuais de relevo, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.*

2 - *Se o agente usar de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, ou se aproveitar de incapacidade psíquica da vítima, ou se esta for menor de 14 anos, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.*”.

¹⁹ De acordo com o Tribunal da Relação de Coimbra, “*acto sexual de relevo a punir é todo o acto que viole intensamente a liberdade de expressão sexual da vítima*”, apud SANTOS, Boaventura de Sousa, GOMES, Conceição, DUARTE, Madalena, BAGANHA, Maria Ioannis, ob.cit. “*Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*”, nota 7, CIG, 2009, pág. 60. Em contraposição à liberdade sexual, proveniente da autodeterminação do ser humano, enquanto ser livre e com direito de opção, surge a opinião de Sénio Reis Alves, que faz depender o constrangimento da vítima do constrangimento determinado pelas convenções sociais. Assim, “*acto sexual de relevo é todo o comportamento destinado à libertação e satisfação dos impulsos sexuais (ainda que não comporte o envolvimento dos órgãos genitais de qualquer dos intervenientes), que ofende, em grau elevado, o sentimento de timidez e vergonha comum à generalidade das pessoas. (...) a relevância ou irrelevância de um acto sexual só lhe pode ser atribuída pelo sentir geral da comunidade (...), esta considerará com gravidade, ou não, o sentimento de vergonha ou timidez, (relacionado com o instinto sexual, da generalidade das pessoas.*” apud DUARTE, Jorge Dias, “*Tráfico e exploração sexual de mulheres*”, Revista do Ministério Público, Ano 22, Janeiro a Março de 2001, n.º 85, pág. 65.

²⁰ Aprovada pela Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro.

²¹ “*Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática, em país estrangeiro, da prostituição ou de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.*”.

prática da prostituição ou outros atos sexuais de relevo. Quanto à figura do agente, visualizamos que este pode ser qualquer pessoa; neste sentido, é um crime comum. Na ótica do preceito, o resultado coaduna-se com a prática da prostituição ou de outro tipo de ato sexual de relevo, no estrangeiro. Ou seja, o resultado acaba por coincidir com a efetiva lesão do bem jurídico (embora estejam em causa conceitos diferentes), perfilando-se, assim, também como um crime de dano.

Ponto de especial interesse é o carácter transfronteiriço do crime de tráfico. O tráfico de pessoas, dentro das fronteiras nacionais, cairia sob a alçada de outra incriminação: a do Lenocínio (art. 170º do C.P). Outro ponto com igual interesse é o facto do crime de tráfico de pessoas se consumir desde o ato de aliciamento da pessoa para o fim de prostituição ou ato sexual de relevo, no estrangeiro. Nesta lógica, o que se pretende proteger com a criminalização do tráfico de pessoas é a liberdade sexual, assim se explicando a sua inserção sistemática entre os crimes contra a liberdade sexual.

Outra alteração com especial relevo em relação à versão do tráfico no C. P. de 1995 é o suprimento, como elemento do tipo, da “*exploração de uma situação de abandono ou de necessidade da vítima*”. Supressão que se verifica tanto no preceito do tráfico de pessoas como no lenocínio.

Como último apontamento encontramos a reforma de 2007²². Esta reforma foi ao encontro de diversas diretivas, normas e convenções internacionais. A preocupação na repressão e prevenção deste crime é cada vez mais sonante e não deixa de ser apontada como um dos grandes objetivos europeus, que influencia Portugal, enquanto país e Estado-Membro da União Europeia^{23 24}.

²² Aprovada pela Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro.

²³ CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação n.º 2 ao artigo 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 677.

²⁴ Doravante designado por U.E..

A inserção sistemática deste tipo legal passou a estar entre os crimes contra a liberdade pessoal²⁵. Esta é uma mudança lógica devido ao alargamento do seu âmbito de aplicação, deixando de ter como única finalidade a exploração sexual.

Anteriormente somente o tráfico para fins de exploração sexual (nomeadamente prática da prostituição ou de atos sexuais de relevo), ocorrida em país estrangeiro, era alvo de punição. Todas estas alterações foram introduzidas tendo em conta disposições europeias, tal como a *Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos*, entre outras que referirei em capítulo específico. Esta “pressão” Europeia para a adoção de preceitos que combatam e previnam o tráfico de pessoas vai ao encontro da atual consciencialização da abrangência deste crime e da repulsa que este merece, tentando que nenhuma situação de tráfico deixe de ser punida por ser um dos crimes mais hediondo que encontramos na sociedade moderna²⁶.

Com a inserção sistemática do Crime de tráfico de pessoas no Capítulo dos Crimes contra a Liberdade Pessoal, do atual C.P., assistimos a uma enorme mudança quanto ao âmbito, agentes, finalidades e ainda outros aspetos. No tocante aos bens jurídicos aqui protegidos, estes refletem-se na liberdade pessoal, pois o tráfico de pessoas, além de atingir a liberdade individual, afeta necessariamente a dignidade da pessoa humana, pois transforma o corpo da vítima em mero objeto de exploração. Estamos presente uma violação qualificada devido à afetação da dignidade da pessoa humana, que se reconduz, aqui, a um objeto ou instrumento²⁷.

Quanto à classificação do crime, começando pelo agente, estamos na presença de um crime comum, visto que qualquer pessoa o pode cometer, tal como já se encontrava consagrado na anterior redação. Já quando nos referimos aos meios, do n.º 1 do art. 160º C.P., vimos que estamos perante um crime de execução

²⁵ Capítulo IV – Dos crimes contra a liberdade pessoal do C.P..

²⁶ Neste sentido, PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, “O crime de tráfico de pessoas no código penal revisto”, *Revista do CEJ. Jornadas sobre a revisão do Código Penal*, 1º Semestre 2008, pág. 179.

²⁷ Idem, PATTO, Pedro Maria Godinho.

vinculada, pois a ação (a título de exemplo, a entrega) tem de ser precedida ou acompanhada do uso de um dos meios referidos nas alíneas do n.º 1²⁸ do art. *supra* citado. Quanto à relação entre a conduta típica e o bem-jurídico a proteger com a criminalização, estamos perante um crime de dano ou lesão, visto que a consumação exige a efetiva lesão ao bem jurídico.

Por fim, encontramos o elemento subjetivo que é o dolo quanto aos elementos objetivos do tipo, ao qual acresce a finalidade de exploração da vítima das condutas (dolosas) descritas no tipo. Com isto concluímos que é necessário, em sede de tráfico de pessoas, o dolo direto²⁹, ou seja, que o agente atue com essa finalidade e que pretenda atingi-la, ou o dolo eventual, que o agente saiba o destino da vítima (sujeição à exploração).³⁰

2.2 A atual versão do crime de Tráfico de Pessoas

Após as diversas modificações³¹ chegamos à atual versão do crime de tráfico de pessoas³². Após uma análise à atual versão do crime (art. 160º C.P.), comparativamente à referida no C.P. de 2007, verificamos que o teor da norma

²⁸ SIMÕES, Euclides Dâmaso, “O crime de Tráfico de Pessoas (por uma interpretação robusta ante a redundância legislativa)”, *Revista do CEJ* n.º 2, Ano 2013, pág. 122.

²⁹ CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação n.º 14 ao art. 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 684.

³⁰ Em sentido oposto, “*O tipo subjectivo admite qualquer forma de dolo, salvo no tocante à conduta ardilosa ou fraudulenta, que é incompatível com o dolo eventual*”, ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário ao Código Penal, à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2ª edição atualizada, nota n.º 15, Universidade Católica, pág. 433.

³¹ Anteriormente à reforma de 2007, foi ainda operada uma nova alteração ao C.P. pela Lei 99/2001 de 25 de agosto.

³² As últimas modificações ao artigo em apreço foram introduzidas pela Lei 60/2013 de 23 de agosto em consonância com a Diretiva n.º 2011/36/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril.

em apreço foi alargado³³, quanto às condutas, finalidades e na introdução de dois novos números, ora vejamos.

No teor da norma encontramos agora o recrutamento como uma conduta/ação nova, que não encontrava lugar no preceito antecedente. Porém, os meios utilizados continuam inalterados. Ou seja, a ação do agente (nomeadamente o recrutamento da vítima), tem de ser acompanhada pelos meios referidos no n.º 1, que não sofreram qualquer alteração desde a reforma do C.P. de 2007. Da mesma forma, encontramos a mesma ratio no n.º 2 do artigo em apreço, ou seja, foi também acrescentada a conduta/ação do recrutamento no tráfico de menores.

Ainda no n.º 1 do art. 160º do C.P. encontramos a inserção de uma nova finalidade, a acrescer às que se encontravam já consagradas, a exploração de outras atividades criminosas³⁴.

Outra novidade da presente reforma foi a introdução do n.º 4³⁵ e do n.º 8³⁶ no corpo da norma. O n.º 4 consagra uma agravação da moldura penal em um terço das molduras penais consagradas nos artigos anteriores, quando a conduta do agente preencha algum dos requisitos enunciados nas diversas alíneas. Por outro lado, o n.º 8 do art. 160º do C.P. refere-se ao consentimento que a vítima possa prestar. Na possibilidade de a vítima dar o seu consentimento, este não exclui a ilícito do facto.

Como apontamento final, importa referir que relativamente à classificação do crime continuamos presente a um crime comum. Já quanto aos meios, consagrados no n.º 1 do art. 160º C.P., e considerando as alterações introduzidas,

³³ GARCIA, Miguez M., RIO, J. M. Castela, *Código Penal Parte geral e especial*, Almedina, 2014, págs. 663-669.

³⁴ A exploração de outras atividades criminosas aparece-nos aqui como um conceito indeterminado.

³⁵ “As penas previstas nos números anteriores são agravadas de um terço, nos seus limites mínimo e máximo, se a conduta neles referida:

a) Tiver colocado em perigo a vida da vítima;
b) Tiver sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves;
c) Tiver sido cometida por um funcionário no exercício das suas funções;
d) Tiver sido cometida no quadro de uma associação criminosa; ou
e) Tiver como resultado o suicídio da vítima.”

³⁶ “O consentimento da vítima dos crimes previstos nos números anteriores não exclui em caso algum a ilicitude do facto.”

estamos face a crime de execução vinculada. Por fim, no tocante ao elemento subjetivo, o dolo, continua a ser necessário o dolo direto ou o dolo eventual, conforme se encontrava já estipulado na redação anterior.

3. Tráfico de Menores: Especificidade em relação ao Tráfico de Pessoas

3.1 A necessidade de consagrar os direitos e interesses do menor.

Aqui chegados, enfrentamos a questão central desta dissertação, o tráfico de menores³⁷. Quando nos referimos a menores³⁸ é necessário ter em conta alguns princípios orientadores: “*Defender os direitos das crianças implica conhecer o núcleo duro desses direitos, intrinsecamente ligados com a dignidade da pessoa humana.*”³⁹ Estes princípios são transversais a todos os ramos do direito que interfiram na esfera dos menores.

Os direitos e interesses a salvaguardar encontram-se em diversos diplomas nacionais. Cumpre referir a primordial *Constituição da República Portuguesa*⁴⁰ onde encontramos os Princípios Fundamentais da nossa Democracia, e que preceitua, no seu art. 69º n.º1⁴¹, o direito das crianças à proteção do Estado e da sociedade. É de notar que este preceito se encontra inserido no capítulo dos

³⁷ Para efeitos de classificação de menor, apontamos o art. 1º da *Convenção dos Direitos das Crianças*: “*Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo*”. No mesmo sentido o art. 122º do C.C. dispõe: “*É menor quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade.*”.

³⁸ Quanto à denominação evidenciamos uma dicotomia entre o uso da palavra menor e criança. Ora, ao longo do tempo assistiu-se a uma mudança de uso destas terminologias, utilizando-se, neste momento, a terminologia criança. Porém a dicotomia torna-se irrelevante, pois, se remetermos a nossa análise para todas as disposições que utilizam a denominação criança, chegaremos à conclusão de que todas as crianças são menores, pois não atingiram a maioridade. Neste sentido, ALFAIATE, Ana Rita, “*A relevância Penal da Sexualidade dos Menores*”, Coimbra Editora, 2009, pág. 23.

³⁹ GONÇALVES, Helena, “*Crianças e Jovens em Perigo: Diagnosticar, Agir e Acompanhar*”, em *Revista do CEJ* 1º Semestre 2009 pág. 359.

⁴⁰ Doravante designada por CRP..

⁴¹ “*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições*”.

Direitos e Deveres Sociais, ou seja, com esta inserção sistemática concluímos que os direitos e interesses das crianças não vinculam somente o Estado, mas antes toda a sociedade, que os reconhece e, conseqüentemente os deve respeitar⁴².

O interesse dos menores demonstra-se ser um “*conceito jurídico indeterminado, o princípio só adquire relevância quando referido ao interesse de cada menor, em concreto, defendendo-se mesmo que haverá tantos interesses quantos forem os menores*”⁴³. Assim, nenhum esforço será em demasia para salvaguardar aqueles que não se conseguem proteger sozinhos.

3.2. O Tráfico de Menores e as suas especificidades.

No preceito do tráfico de menores, introduzido com a reforma de 2007, podemos encontrar várias espécies de incriminações, nomeadamente no que se refere aos menores⁴⁴. Ou seja, “*no preceito do 160º C.P. podemos encontrar diferentes espécies do crime de TSH*”.⁴⁵

O art. 160º contempla, assim, no seu n.º 1⁴⁶ e n.º 2 o tráfico em sentido estrito e rigoroso, respetivamente. Como dispõe Américo Taipa de Carvalho⁴⁷: “*Sendo diferente a gravidade destas diversas condutas, não deixam, contudo, todas elas de constituírem formas de colaboração ou “comparticipação” no tráfico de pessoas*”. No preceito *sub iudice* encontramos disposições relativas aos menores, desde logo no n.º 2., que diverge do n.º 1 quanto aos meios, pois, relativamente ao tráfico de menores, encontramos um crime de execução livre pela disposição

⁴² Tal como dispõe o art. 18º n.º 1 C.R.P.. O n.º 2 do presente artigo consagra o princípio da necessidade.

⁴³ AMORIM, Rui Jorge Guedes Faria, “O interesse do menor: Um conceito transversal à jurisdição de família e crianças”, *Revista do CEJ* 2º Semestre 2009, pág. 88.

⁴⁴ Posição diversa é de Paulo Pinto de Albuquerque que entende estarmos perante cinco crimes diferentes, e não várias espécies de tráfico de seres humanos, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação n.º 14 ao art. 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 684.

⁴⁵ CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação n.º 14 ao artigo 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 684.

⁴⁶ Não iremos abordar a alínea d) por esta não se aplicar aos menores devido à autonomização do n.º 2 do art. 160º.

⁴⁷ Em *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação n.º 4 ao art. 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 678.

“por qualquer meio”⁴⁸. O art. 160º detém mais disposições relativas ao tráfico de menores, nomeadamente os seus n.ºs 3 e 5, os quais iremos analisar.

O art. 160º n.º 3 remete desde logo para o n.º 2, agravando a moldura penal para três a doze anos de prisão. Distinguimos com uma certa clareza que, neste n.º 3, o legislador fez depender a agravação da moldura penal da verificação alternativa de 3 situações: o uso de qualquer um dos meios referidos nas alíneas do n.º1, o carácter profissional da atuação do agente ou a atuação consubstanciada por uma intenção lucrativa.

Quanto à utilização, por parte do agente, de qualquer meio referido nas alíneas do n.º 1, entendemos que seja um agravamento necessário e correto, pois referimo-nos a menores, o que exige um âmbito de proteção alargado. A agravante do agente atuar profissionalmente é totalmente compreensível, tendo em conta que o tráfico é, na maior parte dos casos, realizado por grupos criminosos organizados. Por último, o requisito da intenção lucrativa do agente é o que levanta mais discussão, pois, se considerarmos o argumento ainda há pouco invocado dos grupos criminosos organizados e as finalidades que o agente prossegue quando comete este tipo de crime (a título de exemplo, a extração de órgãos), facilmente percebemos que existe quase sempre uma intenção lucrativa com o tráfico. Ou seja, torna-se de facto discutível se esta intenção lucrativa, sendo aqui uma circunstância que necessita de se verificar para existir uma agravação da moldura penal no tráfico de menores, não deveria estar inevitavelmente associada ao tráfico.

Já o n.º 5 do art. 160º do C.P. apresenta um teor bastante diferente dos restantes. Quanto ao agente, continua a ser um crime comum, visto que pode ser cometido por qualquer pessoa. Também aqui, surge a perspetiva de obtenção de uma vantagem patrimonial ou uma outra contrapartida como *conditio sine qua non* para a prática dos atos descritos e, como anteriormente referido, voltamos a

⁴⁸ CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação n.º 8 ao art. 160º, Coimbra Editora, 2012, pág. 679.

confrontar-nos com a intenção de obter uma vantagem por parte do agente no tráfico. Com isto, nos anteriores preceitos do crime de tráfico de menores, embora seja necessária a verificação de algumas circunstâncias para existir criminalização, estes são sempre mais amplos, de modo a que quase todas as condutas sejam puníveis. Já o n.º 5 do art. 160º pode apresentar a dificuldade de ser restritivo, daí que não se tenha limitado à vantagem patrimonial somente para o agente que pratica o ato, mas também para aquele que dá o consentimento na sua adoção, tal como dispõe a norma. Outra nota a retirar deste n.º 5 do art. 160º do C.P., e talvez a mais importante, é que é aqui que assistimos de forma mais clara à *coisificação do menor* e à sua comercialização afrontando a sua dignidade humana.

Torna-se relevante analisar o n.º 6 do art. 160º do C.P.. Este número pode ser aplicado tanto ao tráfico de pessoas (n.º 1) como ao tráfico de menores (n.º 2). Quando analisado para o tráfico de menores, conclui-se que criminaliza quem efetivamente faz uso dos serviços ou órgãos do menor. A circunstância especial a evidenciar é o facto de o agente ter conhecimento da situação em que o menor se encontra. Ou seja, aqui é exigível o dolo direto, porque requer que o agente que solicita os serviços tenha conhecimento que o menor é vítima de tráfico.

Relativamente à versão atual do crime de tráfico de menores, conforme foi mencionado anteriormente, a única modificação introduzida foi o acrescento de uma nova conduta/ação, o recrutamento. Assistimos, ainda, à introdução do n.º 4 e do n.º 8⁴⁹ que se aplicam também ao crime de tráfico de menores.

Cumpra assim dar voz aos direitos consagrados⁵⁰ pelo legislador de modo a que os direitos e interesses dos menores nunca sejam deixados em segundo

⁴⁹ Vide pág. 24 da presente dissertação.

⁵⁰ “*Escravidão e liberdade são conceitos antagónicos. Todos e Todas temos que reflectir sobre este paradigma e encontrar respostas verdadeiramente libertadoras na linha do respeito pelos direitos humanos, ou seja, em que o centro da abordagem sejam as vítimas, o que sempre foi apanágio da nossa tradição europeia e portuguesa*”, ALBANO, Manuel, “O combate ao Tráfico de Seres Humanos em Portugal 2007-2010”, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 Tráfico Desumano: Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 71.

I - O Tráfico de Pessoas e o Tráfico de Menores: enquadramento geral à luz dos princípios orientadores e respetiva diferenciação.

O caminho traçado até aos dias de hoje.

plano, e muito menos esquecidos, evoluindo no sentido de, como defende Maria João Antunes, “*reforçar a tutela penal dos menores*”⁵¹.

⁵¹ ANTUNES, Maria João, “Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menores”, *Revista do CEJ*, 1º Semestre 2008, pág. 205.

Capítulo II - O Tráfico de menores a nível europeu.

Os Instrumentos Jurídicos Europeus

*“Na vida, não existem soluções. Existem forças em marcha:
é preciso criá-las e, então, a elas seguem-se as soluções”.*

Antoine de Saint-Exupéry

1. Introdução à produção legislativa internacional.

Após o entendimento da dimensão do tráfico de menores, rapidamente entendemos que é necessária uma consciencialização e um esforço internacional conjunto. Nas palavras de António Pedro Barbas Homem: *“ O reconhecimento da dignidade humana não é apenas uma tarefa para cada Estado e ordem jurídica, mas uma exigência em que se torna necessário o esforço conjunto e conjugado de todos no reconhecimento, na proteção e preservação dos direitos de cada pessoa, enquanto pessoa ”*⁵².

Após o que foi referido em matéria de tráfico de menores, constatamos que as atuais organizações criminosas se encontram altamente organizadas, subtis e, principalmente, atuam além-fronteiras, o que leva a que o crime de tráfico de menores assuma contornos nunca antes imagináveis. Com estas considerações parece-nos assim compreensível que, por muitos esforços que cada Estado adote para o combate do tráfico de menores, em especial na investigação, torna-se necessário uma cooperação de todos os Estados. Só com a conjugação de esforços é possível fazer face às organizações altamente organizadas. O próprio tráfico de menores, na maior parte dos casos, não se esgota num só Estado, mas atravessa vários. Por um lado, por os seus infundáveis atos poderem ser

⁵² Em *Tráfico de Seres Humanos - Coletânea selecionada de instrumentos jurídicos, políticos e jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo*, n.º5. Disponível em: www.otsh.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Coletanea_5.pdf.

praticados em vários Estados; por outro lado, pelas ramificações deste crime em diversos países, ou mesmo pelo possível carácter transfronteiriço que possui.

No presente capítulo iremos, abordar os instrumentos jurídicos europeus que efetivam o que foi referido *supra*, e inserindo ademais convenções, declarações ou mesmo decisões-quadro relativas ao tráfico de menores. Mais, iremos versar sobre os ordenamentos jurídicos de Estados-Membros para vislumbrar a aplicação dos referidos instrumentos jurídicos.

2. A atividade legislativa da União Europeia.

2.1 A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia⁵³

Sendo este capítulo direcionado à análise da atividade legislativa europeia torna-se necessário realizar uma breve referência à *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, pois esta serve de base para tudo o demais legislado no âmbito da U.E.. Afigura-se assim necessário, em primeiro lugar, explicitar esta Carta, para posteriormente referir os demais Tratados, pois o pilar fundamental da parte substantiva destes encontra-se presente nesta Carta.

A elaboração da presente *Carta* remete-nos para um ideal de união entre os povos dos Estados Membros, por estes partilharem os mesmos valores, ideais e princípios. Estes ideais podem ser reconduzidos ao respeito pela liberdade, democracia e dignidade humana. No preâmbulo da *Carta* lemos que: “*A presente Carta reafirma, no respeito pelas atribuições e competências da União e na observância do princípio da subsidiariedade, os direitos que decorrem, nomeadamente, das tradições constitucionais e das obrigações internacionais comuns aos Estados-Membros, da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, das Cartas Sociais*

⁵³ Aprovada em Nice em dezembro de 2007. Porém, só se tornou vinculativa em dezembro de 2009 com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf.

aprovadas pela União Europeia, e da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”.

Quanto aos Direitos Fundamentais consagrados é notório que quase todos se encontram, também, consagrados no nosso ordenamento jurídico, pois são princípios basilares de qualquer Estado Democrático. Apresentam-se com especial relevo as normas relativas à proteção do Ser Humano e à proibição de qualquer conduta que leve a uma violação da sua dignidade, integridade física e da sua vida. No art. 5º, mais especificamente, no seu n.º 3⁵⁴, encontra-se a proibição expressa do tráfico de menores. Como referido *supra*, o tráfico de menores é uma das formas do tráfico de pessoas, de modo que a proibição expressa ao tráfico de pessoas conduz à proibição do tráfico de menores. Tendo em consideração que na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* estão consagrados os princípios nucleares de qualquer ordem jurídica, a U.E. quis deixar explícita a intolerabilidade da prática deste crime, transparecendo uma consciencialização do que este comporta e a necessidade de o combater.

2.2. O Tratado de Lisboa⁵⁵.

No rol desta análise legislativa, é fundamental referir o Tratado de Lisboa pelo teor e fulcral importância que possui, derivado do facto de este conter os principais tratados da U.E.: o Tratado da União Europeia⁵⁶ e o Tratado que institui a Comunidade Europeia⁵⁷ (agora designado por Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia⁵⁸), porém não se esgota nestes.

Explicitada a importância fáctica deste Tratado resta-nos analisar a sua importância para o objeto em análise, o tráfico de menores. Neste âmbito, e

⁵⁴ “É proibido o tráfico de seres humanos”.

⁵⁵ Entrada em vigor a 1 de dezembro de 2009, assinado em Lisboa a 13 de dezembro de 2007, no culminar da terceira presidência portuguesa da U.E.. Disponível em: https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf.

⁵⁶ Assinado em 7 de fevereiro de 1992 em Maastricht. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/maastricht_pt.pdf.

⁵⁷ Reconhecido por Tratado de Roma, foi assinado em 25 de março de 1957.

⁵⁸ Doravante designado por T.F.U.E.. Disponível em: http://www.concorrenca.pt/vPT/A_AdC/legislacao/Documents/Europeia/Tratado_Funcionamento_U_E.pdf.

realçando as diversas mudanças relativas ao alargamento de competências de diversas instituições da U.E., identificamos algumas alterações essenciais. Iniciando pelo art. 82º T.F.U.E. que estabelece uma ideia nuclear para o tráfico de menores: a cooperação judiciária em matéria penal, que também se manifesta no princípio do reconhecimento mútuo de sentenças e decisões judiciais entre Estados-Membros. Esta disposição leva, posteriormente, a que haja facilidade na cooperação entre as entidades judiciárias dos Estados-Membros na investigação no âmbito da ação penal.

O preceito 83º T.F.U.E. refere-se à possibilidade de definir as infrações e sanções penais nos casos de criminalidade particularmente grave e com uma dimensão transfronteiriça. Estipula ainda, de forma taxativa, quais os domínios de criminalidade grave sobre os quais quer incidir. No elenco taxativo encontram-se, entre outros, o tráfico de pessoas, a exploração sexual de mulheres e crianças e a criminalidade organizada. Posto isto, depreendemos que o tráfico de menores também se encontra consagrado, implicitamente, tanto por este ser uma forma de tráfico de pessoas, como também devido à proteção consagrada às crianças, nos casos de exploração sexual. Quanto à característica da dimensão transfronteiriça, retira-se da norma que constitui um requisito e não encontramos qualquer dificuldade em o preencher no tráfico de menores, pois, como *supra* referido, a dimensão transfronteiriça do tráfico é uma das principais características deste na atualidade e uma das maiores dificuldades para o seu combate. Neste sentido, preceitua-se no art. 84º T.F.U.E., de forma originária, medidas para a prevenção da criminalidade nas ações dos Estados Membros, fazendo transparecer a preocupação internacional na prevenção do tráfico e da criminalidade organizada.

Como última referência, aponta-se o disposto no art. 89º T.F.U.E., que reconhece a possibilidade de as entidades competentes de um Estado Membro atuarem no território de um outro Estado Membro, em articulação e de acordo com as autoridades deste outro Estado. Este preceito vem estipular, assim, uma

regra de competência territorial que assenta na premissa de uma cooperação internacional conjunta, tanto na prevenção como na investigação.

2.3 A Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de Outubro de 2008 – A luta contra a criminalidade organizada⁵⁹.

A Decisão-Quadro surge para fazer face à necessidade de uma resposta firme no combate à Criminalidade Organizada pelos Estados-Membros⁶⁰. Era necessário consagrar uma resposta, tendencialmente unitária, para todos os Estados-Membros no combate à criminalidade organizada, devido ao carácter transfronteiriço que esta possui. Entende-se, deste modo, que o eficaz combate passa, necessariamente, por uma solução conjunta e articulada dos Estados-Membros⁶¹. No teor da Decisão é salvaguardado o respeito pelo ordenamento interno de cada Estado-Membro, não colocando em causa qualquer disposição de sentido distinto que se encontre consagrada pelos Estados-Membros. No corpo enunciativo da decisão encontramos uma espécie de núcleo duro para os Estados-Membros se guiarem, desde a sinalização destas organizações até à respetiva sanção, inserindo de forma consistente a competência e a cooperação.

Neste sentido, o art. 1º define o que se entende por «Organização Criminosa»⁶² e por «Associação Estruturada»⁶³. Considerou-se necessário

⁵⁹ Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32008F0841>. Substitui a Ação Comum 98/733/JAI, de 21 de Dezembro de 1998.

⁶⁰ “Marcadamente global e transnacional, a principal novidade consiste no facto de ser, hoje, um negócio muito lucrativo e com uma enorme capacidade de atracção para grupos criminosos organizados que têm vindo a sofisticar os seus métodos de actuação”, SANTOS, Boaventura de Sousa, GOMES, Conceição e DUARTE, Madalena, “Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico”, Colecção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 89.

⁶¹ “Sendo este um crime que se caracteriza pela sua componente transnacional – envolvendo países de origem, de trânsito e de destino, nenhum país será bem sucedido se actuar sozinho”, DANIEL-WRABETZ, Joana, “A Cooperação internacional na prevenção do Tráfico de Seres Humanos”, Colecção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 26.

⁶² “1. «Organização criminosa», a associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista a prática de infrações passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com

diferenciar ambas, pois podem ser facilmente confundidas, isto porque se distinguem através de linhas muito ténues. Já no que respeita ao art. 8º, tido como fundamental para este tipo de criminalidade, prende-se com a desnecessidade de queixa para se dar início à investigação. No nosso ordenamento, este preceito levou a que o tráfico de pessoas seja caracterizado como um crime de natureza pública, pois a investigação é assegurada, mesmo sem apresentação de queixa. Esta natureza justifica-se face ao tipo de crime em causa e ao que a prática deste efetivamente viola. Vertendo um olhar analítico sobre esta Decisão, vemos que esta tenciona traçar um sentido unitário a toda a atividade legislativa europeia, consagrando uma uniformização de medidas e sanções a aplicar para o combate à criminalidade organizada transfronteiriça

2.4 Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas^{64 65 66}.

A presente Diretiva tem que ser interpretada tendo em conta tudo o que foi referido *supra* nas restantes Decisões ou Convenções, pois o que se retira destas é o caminho uno que se tem vindo a construir no que concerne o tráfico de menores.

Esta construção normativa tem por base uma das prioridades assumidas pela U.E. - o tráfico. Tanto a sua prevenção como o seu combate, pois basta-nos ter em mente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ou, do mesmo modo, o Plano da U.E. sobre as melhores práticas, normas e procedimentos para

o objetivo de obter, directa ou indirectamente, benefícios financeiros ou outro benefício material”.

⁶³ “2. «Associação estruturada», uma associação que não foi constituída de forma fortuita para a prática imediata de uma infracção e que não tem necessariamente atribuições formalmente definidas para os seus membros, continuidade na sua composição ou uma estrutura sofisticada”.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do>.

⁶⁵ Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011.

⁶⁶ Substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho.

prevenir e combater o tráfico de pessoas⁶⁷. Encontra-se bem patente o papel da U.E., pois esta levou à adoção de uma ação global e à inserção de mais elementos⁶⁸ para a efetiva punição desta criminalidade. Dos vários preceitos que foram introduzidos na presente Decisão de forma originária, cumpre realçar a participação de países terceiros, sendo que estes são possíveis países de origem ou de transferência das vítimas de tráfico. Esta cooperação da U.E. com países terceiros passa por desenvolver ações de sensibilização, apoio às vítimas e cooperação no desenvolvimento a nível legislativo. Traduz-se, assim, na introdução, no ordenamento jurídico interno destes países terceiros, de normas com a finalidade da criminalização do tráfico ou, quando estas já existam, no seu aperfeiçoamento⁶⁹.

Na Diretiva evidenciamos o alargamento ocorrido no art. 2º que se traduz na inserção, a título de exemplo, da mendicidade forçada, da remoção de órgãos ou mesmo do casamento forçado. Neste seguimento, para a concretização das finalidades *supra* referidas, foi necessário avançar um patamar na consciencialização da forma como o tráfico era analisado. Até então, encontrávamos uma análise do tráfico a nível geral, ou seja, não diferenciávamos qualquer circunstância ou elemento. Este pensamento encontrou o seu ponto de rotura quando se compreendeu que as finalidades de tráfico variavam consoante o sexo da vítima, como também segundo a sua idade. Após esta necessária diferenciação, para assegurar de melhor forma os direitos das vítimas, assistimos a uma distinção formal quanto ao sexo da vítima, pois nos casos em que a vítima

⁶⁷ Plano disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A114168>.

⁶⁸ Tais como a cooperação com países terceiros ou medidas de apoio ao desenvolvimento de indicadores gerais para a identificação de vítimas de tráfico.

⁶⁹ “Esta cooperação, para que seja frutífera, deverá partir de uma acção concertada entre vários agentes e ser feita a todos os níveis, quer nacional como internacionalmente: cooperação entre Estados, forças policiais e judiciais, instituições de apoio às vítimas, organizações internacionais governamentais e não governamentais, sector privado e media, abrangendo as três grandes áreas na luta contra o tráfico de pessoas: A Prevenção do Tráfico, a Protecção das Vítimas e a Condenação dos Traficantes”, DANIEL-WRABETZ, Joana, “A Cooperação internacional na prevenção do Tráfico de Seres Humanos”, Colecção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 Tráfico Desumano: Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 26.

é do sexo feminino a finalidade mais usual do tráfico reconduz-se à exploração sexual. Porém, quando nos deparamos com uma vítima do sexo masculino, a finalidade recorrente do tráfico é o trabalho forçado. De forma distinta, quando as vítimas são crianças⁷⁰, a finalidade mais habitual é a extração de órgãos ou a sua posterior comercialização em outros países. Em suma, retiramos do exposto que é necessário tratar de forma igual o que é igual e diferente o que é diferente, para o efetivo e real combate ao tráfico, pois cada situação, em específico, precisa de ser dotada de medidas de proteção adequadas.

A diretiva remete-nos para uma proteção das vítimas mais rigorosa, especialmente aquelas que necessitam de uma proteção especial, falamos dos menores. Na letra da Diretiva no seu ponto 8⁷¹: *«As crianças são mais vulneráveis do que os adultos e, por esta razão, existe um maior risco de se tornarem vítimas do tráfico de seres humanos. Na aplicação da presente diretiva, o superior interesse da criança deve constituir a principal consideração, nos termos da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1980»*. Em consonância com a letra da Diretiva, concluímos que a distinção no tratamento das vítimas do tráfico foi um patamar necessário para que as medidas a adotar se traduzam em algo real e eficaz, pois os menores necessitam de um acompanhamento diverso do que necessitam outras vítimas de tráfico. Daqui em diante encontra-se justificada a iniciativa legislativa na U.E. para que, no combate ao tráfico, se comece a fazer menção específica sobre a proteção às mulheres e crianças, tidas como as vítimas mais frágeis do tráfico. Terminamos esta breve análise referindo que a Diretiva procura garantir os Direitos e Princípios Fundamentais reconhecidos na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* e, ainda, o superior interesse da criança.

⁷⁰ Na presente diretiva entende-se por “crianças” qualquer pessoa com menos de 18 anos.

⁷¹ Em *Coletânea Seleccionada de instrumentos jurídicos, políticos e jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo* n.º 5 Tráfico de Seres Humanos – Pág. 147.

3 As disposições da Organização das Nações Unidas.

3.1 A Convenção sobre os Direitos da Criança⁷².

A Convenção representa, em termos genéricos, o instrumento jurídico internacional mais relevante em matéria de Direitos das Crianças. Porém, antes da sua redação já existiam outros instrumentos jurídicos que acautelavam alguns Direitos das Crianças, mas somente em matérias específicas, ou seja, consoante o âmbito a que o instrumento jurídico se destinava⁷³.

Assim, a abordagem aos Direitos das Crianças não se iniciou com a Convenção sobre os Direitos da Criança, remonta sim a precedentes mais longínquos, nomeadamente ao ano de 1924, aquando da primeira referência a Direitos da Criança no contexto de um instrumento jurídico genérico. Por meio da Assembleia da Sociedade das Nações foi adotada a Declaração dos Direitos das Crianças, promulgada no ano de 1923 pelo Conselho da União Internacional da Proteção à Infância⁷⁴. Os membros da mencionada Sociedade das Nações ao adotarem a referida declaração passaram a reger-se pelos princípios aí vertidos, que devido à sua importância normativa e valorativa passa a ser conhecida pela Declaração de Genebra. Nos termos da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, «a Declaração reconhece que a criança deve ser protegida independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença, deve ser auxiliada, respeitando-se a integridade da família e deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente».

Outro marco igualmente relevante no reconhecimento dos Direitos das Crianças data de 1948, ano em que a *Declaração Universal dos Direitos do*

⁷² Adotada em 20 de novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada por Portugal em 21 de novembro de 1990. Disponível em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

⁷³ A título de exemplo: Convenção da OIT n.º 138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego.

⁷⁴ Organização de carácter não-governamental, também referida como “Save the Children International Union”.

Homem explicita os primeiros direitos de carácter civil, político, económico, social e cultural. Tal Declaração não só consagrou estes direitos, como dispôs sobre os Direitos das Crianças, que encontram menção específica no art. 25º. Em linhas rudimentares reconhece a maternidade e a infância e rejeita qualquer discriminação entre filhos nascidos dentro ou fora do casamento, ao nível da sua proteção social. No entanto, esta norma não estabelece qualquer consequência jurídica para o seu não cumprimento. De salientar que, sem a respetiva punição, podemos cair numa disposição “vazia”.

No ano de 1959 encontramos uma nova consagração legislativa relevante, com a promulgação da *Declaração dos Direitos da Criança*⁷⁵. Com o decorrer do tempo, assistimos a uma tendência unitária de proteger e consagrar de forma mais rigorosa os Direitos das Crianças. Assim se compreende a inserção de normas alusivas ao Direito ao nome, à nacionalidade, como também à necessidade das crianças crescerem com amor e compreensão para o correto desenvolvimento da sua personalidade. Retiramos, assim, que todos os direitos inicialmente consagrados na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* com um carácter generalista são agora consagrados com uma feição específica. A *Declaração dos Direitos das Crianças* foi a base, durante largos anos, do enquadramento dos direitos das crianças.

A *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1989, que coincide com a que se encontra em vigor, nasceu do facto de o ano 1979 ter sido o Ano Internacional da Criança, tendo como principais finalidades a promoção dos interesses da criança e a consciencialização da sociedade, e dos políticos, para as particulares necessidades das crianças. Na redação desta Convenção deparamo-nos com a seguinte frase: “a comunidade deve à criança o melhor dos seus esforços”, servindo, um pouco, como fundamento para a mudança normativa que se iria assistir de seguida. Deste modo, a *Convenção sobre os Direitos da Criança* de

⁷⁵ Adotada em 20 de novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>.

1989 alargou o âmbito de proteção jurídica, tarefa que caberia a cada Estado-Membro, bem como a respetiva aplicação: inseriu o princípio do superior interesse da criança, tal como o direito ao desenvolvimento físico, mental, emocional, cognitivo, social e cultural e o respeito pelas opiniões da criança⁷⁶. Porém, o preceito com maior notoriedade para a nossa dissertação é o art. 35⁷⁷ que penaliza especificamente o tráfico de menores. Este preceito afigura-se na vanguarda legislativa, pois precisámos de aguardar vários anos para a atividade europeia rumar neste sentido. Esta ação orquestrada pela O.N.U. era relativa a cada Estado Membro. No rescaldo do ano de 1979 iniciaram-se os projetos iniciais para a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança*. A presente Convenção foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989. Esta data não foi aleatoriamente escolhida, pois comemorava-se o trigésimo aniversário da *Declaração dos Direitos da Criança* e, juntamente com a aprovação da Convenção nesta data, a O.N.U. determinou que esse passaria a ser o Dia Universal da Criança, realçando ainda mais a importância vital da presente Convenção.

Dada a relevância da presente *Convenção sobre os Direitos da Criança*, esta serviu de inspiração para a criação de mais instrumentos jurídicos com o mesmo princípio: o reforço do quadro normativo de proteção das crianças. Elencamos a título de exemplo a *Convenção n.º 182 para a Eliminação Imediata das Piores Formas de Trabalho Infantil*⁷⁸; a *Convenção de Haia de 1993 relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adopção Internacional*; o *Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional* de 1998. Este último merece uma nota explicativa, pois a jurisdição do Tribunal Penal Internacional é

⁷⁶ Neste sentido, GONÇALVES, Helena, “Crianças e Jovens em perigo: Diagnosticar, agir e acompanhar”, *Revista do CEJ*, 1º Semestre 2009, pág. 360.

⁷⁷ “Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma”.

⁷⁸ Adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 87.ª sessão, em Genebra, a 17 de Junho de 1999. Entrada em vigor na ordem internacional: 19 de Novembro de 2000. Resolução da Assembleia da República n.º 47/2000, de 1 de Junho, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 127/2000. Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_6.htm.

exclusiva para o julgamento de pessoas com idade superior a 18 anos, porém, no presente Estatuto foram incluídos, no âmbito da sua jurisdição, crimes de especial relevância em matéria de proteção dos direitos da criança⁷⁹.

Após a breve referência a estas disposições da Convenção⁸⁰, é necessário ter em conta os protocolos que lhe sucederam, pois estes, tendo como base normativa a presente Convenção, vêm desenvolver e completar disposições contidas nesta. Referimo-nos ao *Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados* e de igual forma ao *Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis*, que serão aclarados de seguida.

3.2 Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados⁸¹.

Como se disse, a *Convenção dos Direitos das Crianças* serviu de mote para a criação de novos instrumentos jurídicos, que têm na sua base a Convenção, porém vêm propor um melhoramento de algumas situações que colocam os Direitos das Crianças em risco. Exemplo disto é o protocolo relativo às crianças inseridas em conflitos armados⁸², pois na *Convenção dos Direitos das Crianças* não encontramos nenhuma disposição que acautele em específico aquelas situações, mas somente os Direitos “gerais” por que cada Estado-Membro se deve guiar. O presente protocolo, tal como a *Convenção dos Direitos das Crianças* que o antecede, possui um contexto especial, ou seja, a abertura à sua ratificação ocorreu na sessão especial das Nações Unidas intitulada: “*Mulheres 2000: igualdade sexual, desenvolvimento e paz no século XXI*”.

⁷⁹ Tais como a violência sexual, a prostituição forçada, o recrutamento de crianças com idade inferior a 15 anos, ou os ataques contra escolas e hospitais.

⁸⁰ Neste sentido realça-se a análise disponível <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#IA>.

⁸¹ O presente protocolo foi adotado pela Assembleia das Nações Unidas em 25 de maio de 2000. Disponível em https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_crianças_em_conflitos_armados_pt.pdf.

No corpo normativo do presente protocolo encontramos o aumento da idade mínima para o recrutamento forçado e para a participação direta nas hostilidades, de 15 para 18 anos, tanto para forças governamentais como para forças rebeldes. No mesmo sentido, recomenda que a idade mínima para o recrutamento voluntário seja superior aos 15 anos, o que leva à conclusão que existem graves deficiências na aplicação das normas de proteção de crianças. Por fim, outro ponto de merecida importância consiste na obrigação dos Estados adotarem medidas e programas de modo a que as crianças⁸³, que participaram em conflitos armados, sejam acompanhadas e posteriormente reintegradas na Sociedade⁸⁴.

3.3 Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional⁸⁵.

Como já se encontra referido *supra*, uma das características fundamentais da criminalidade relativa ao tráfico de pessoas é o seu carácter transnacional, sendo que todas as diretivas e recomendações a nível internacional começaram a apontar para uma cooperação conjunta dos Estados-Membros, pois, com a transposição dos diplomas europeus, é necessário fortalecer e complementar os instrumentos jurídicos internos de cada Estado-Membro, para que não existam colisões de jurisdições entre eles.

Tal como se encontra previsto no art. 1º da presente Convenção, o principal objetivo é promover a cooperação, para a prevenção e combate da criminalidade organizada transnacional. Mas não só, pois além deste objetivo é necessário que o maior número possível de Estados Membros ratifique esta Convenção, de modo a que a aplicação das medidas seja eficaz no combate a esta criminalidade, tal como um reforço, por parte dos Estados-membros, do controlo fronteiriço. Tal como as convenções e diretivas *supra* analisadas, o n.º 2 do art. 1º apresenta-nos um elenco de conceitos e o seu enquadramento para efeitos da

⁸³ Denominadas muitas vezes como “crianças soldados”;

⁸⁴ Neste sentido também a análise que se encontra disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#IA>.

⁸⁵ A presente Convenção foi adotada em 15 de novembro de 2000 e entrou em vigor em 29 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/ConvCrimOrganiz.pdf>.

sua aplicação. As normas da Convenção descrevem condutas que deverão, consequentemente, ser criminalizadas no direito interno de cada Estado-Membro. É sempre necessário efetuar a ressalva do que já se encontra disposto no ordenamento jurídico de cada Estado-Membro. Daí que seja dada a indicação de que os Estados-Membros devem adotar as medidas necessárias, e não efetuar uma transposição taxativa das medidas a aplicar. O que se pretende com as Convenções é que sejam aplicadas normas mínimas em cada Estado-Membro.

Na sua génese, esta Convenção é o instrumento jurídico internacional do combate à criminalidade organizada transnacional que possui o caráter mais institucional e mais completo ao nível dos preceitos, pois o existente até aqui não tinha a mesma relevância que veio a assumir esta Convenção. Neste sentido, tal como foi visto com a *Convenção sobre os Direitos das Crianças*, esta Convenção dá origem a um protocolo facultativo que se revela de grande importância para a presente dissertação. Isto porque, sendo a Convenção sobre a articulação de esforços de variadíssimos Estados-Membros na prevenção e combate da criminalidade organizada transnacional, e tendo em mente que o tráfico de menores se encontra inserido nesta criminalidade, foi com o protocolo subsequente a esta Convenção que se adotou a celebre “*Convenção de Palermo*”, ou seja, o aperfeiçoamento da Convenção para Mulheres e, principalmente, para crianças⁸⁶.

3.4 Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças⁸⁷: a “*Convenção de Palermo*”.

⁸⁶ No mesmo sentido, Guia legislativo para aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional. Disponível em: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/GuiaConv.pdf>.

⁸⁷ Entrada em vigor a 29 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/protocolotraficopt.pdf.

A ratificação deste protocolo adicional torna obrigatória a ratificação, em primeiro plano, da Convenção contra a criminalidade organizada. O que se compreende, visto o protocolo ter na sua base a Convenção e constituir um aperfeiçoamento desta ao nível do tráfico de pessoas, em especial das mulheres e crianças.

Posto isto, remetemos para o que anteriormente foi referido acerca da necessidade de realizar a prevenção e o combate à criminalidade organizada transnacional, através da cooperação entre os países de origem, trânsito e de destino do tráfico de pessoas, ou seja, a necessidade de articular todos estes países numa ação global. Assim, este protocolo nasce com a consciencialização de que, embora existam a nível internacional diversos instrumentos jurídicos que versam sobre o âmbito deste protocolo, não existe nenhum que englobe todos os aspetos relevantes do tráfico. Assim, com esta consciencialização, acrescida da preocupação de que as vítimas mais vulneráveis não se encontravam devidamente protegidas, foi elaborado o presente protocolo⁸⁸.

A primeira disposição do protocolo, ora em análise, centra-se na relação de dependência com a Convenção contra a criminalidade organizada transnacional. Faz ainda referência à aplicação das normas da Convenção ao presente Protocolo, sendo que, se for necessário, temos que as interpretar com as devidas alterações, consoante as circunstâncias. Quanto à criminalização das infrações, a Convenção e o Protocolo seguem a mesma linha de raciocínio, havendo uma espécie de comunicação recíproca entre estas. O Protocolo apresenta um objeto que substancia o da Convenção, pois, além de especificar o tráfico de pessoas, atribui uma atenção especial às mulheres e crianças⁸⁹. Não se retira que se faça qualquer discriminação negativa nesta norma, pois aí se estipula que qualquer pessoa, em razão do seu sexo, idade ou raça, pode ser vítima de tráfico, porém, determina que devem ser tomadas medidas específicas,

⁸⁸ Atendendo às pretensões da Resolução n.º 53/111, da Assembleia Geral, de 9 de Dezembro de 1998.

⁸⁹ A U.N.I.C.E.F. estima que anualmente são traficadas cerca de 1.2 milhões de crianças e mulheres.

além das gerais, para as mulheres e crianças, pois apresentam uma situação de maior vulnerabilidade face às restantes vítimas, necessitando de ser abarcadas por outras medidas, mais protecionistas e interventivas, diremos.

Tal como se encontra presente na Convenção, encontramos uma norma com definições essenciais para o Protocolo. Desde logo, a definição do tráfico de pessoas aqui vertida é a primeira a ser aceite internacionalmente. Esta seria a definição que os Estados-Membros precisariam de adotar nos seus ordenamentos, sem prejuízo de consequentes criminalizações voluntárias. Para a prática do tráfico, na linha de pensamento desta definição, é necessário uma combinação de três elementos. Assim, é necessária a prática de um ato, recorrendo a um meio e com uma finalidade relevante, sendo que estes três elementos constitutivos devem estar descritos no preceito que criminaliza o tráfico. Mais se acrescenta que a ratificação deste protocolo, e consequente adoção da definição de tráfico de pessoas, possui uma “nuance” deveras importante, pois um dos objetivos é a de que exista um consenso normativo generalizado nos diversos Estados-Membros quanto a esta criminalização. O que futuramente possibilitará que a cooperação, a nível de investigação ou ação penal, pretendida com o protocolo, seja facilitada uma vez que se encontra estabelecida uma base de infrações semelhantes.

Quanto ao âmbito de aplicação, o Protocolo aplica-se à prevenção, investigação e repressão, acrescidas logicamente pela necessidade de proteção das vítimas. Assim, o Protocolo aplica-se às infrações que preencham os três elementos constitutivos do tráfico de pessoas, possuam um carácter transnacional e desde que esteja em causa a atuação de um grupo criminoso organizado. De importância extrema apresenta-se o art. 5º do presente Protocolo, relativo à criminalização, que tem que ser articulado com o que se encontra estipulado na Convenção e, ainda, com a devida análise por parte de cada Estado-Membro. Em todo este preceito, não se encontra nenhuma obrigatoriedade de transpor o que aí se encontra estipulado, pois, além do respeito por cada ordenamento interno, há a

necessidade de cada Estado, tendo em conta o que já está estipulado no seu ordenamento, acrescentar as normas do protocolo.

3.5 Protocolo Facultativo Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil⁹⁰.

A *Convenção dos Direitos da Criança* serviu de base à criação de novos instrumentos jurídicos, procedendo a um aperfeiçoamento de algumas situações que colocavam os Direitos das Crianças em perigo, sendo este Protocolo um desses instrumentos jurídicos. De certa forma, conclui-se que foram necessários esforços suplementares, com a elaboração destes protocolos facultativos, por a *Convenção dos Direitos das Crianças* não acautelar totalmente, como seria de esperar, os direitos das crianças. Não podemos somente remeter este Protocolo para a *Convenção dos Direitos das Crianças*, embora seja um protocolo facultativo a esta, mas também se demonstra necessário relacioná-lo com a *Convenção Contra a Criminalidade Organizada Transnacional*, pois a necessidade de alargar a proteção aos direitos das crianças nasce também e, de certa forma, da evolução tecnológica e da criminalidade organizada transfronteiriça. Além destes instrumentos mais óbvios, é nítido que este Protocolo também respeita as restantes convenções e demais resoluções a nível europeu.

A preocupação internacional relativa à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil já remonta a um passado bem longínquo. Com a elaboração dos instrumentos jurídicos *supra* referidos, estas preocupações acabaram por se tornar menores, pois foram-se consagrando instrumentos para a proteção dos direitos das crianças. Porém, o defraudamento das expectativas de acautelar os direitos das crianças revelou-se com a resolução da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a necessidade de implementação de medidas eficazes para travar a venda de crianças, a prostituição e pornografia infantil.

⁹⁰ Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de maio de 2000; entrada em vigor em Portugal: 16 de junho de 2003. Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_crianças.pdf.

No preâmbulo do presente Protocolo, encontra-se descrita a crescente preocupação internacional, proporcional por sinal à crescente rede de tráfico internacional de venda, prostituição e pornografia de crianças. Sendo que este Protocolo assenta nos mesmos princípios e reconhece os mesmos direitos às crianças, tornou-se intolerável reconhecer esta realidade sem a criminalizar por meios mais específicos, pois estamos perante vítimas especialmente vulneráveis que necessitam de medidas específicas. No seguimento dos instrumentos jurídicos internacionais, também este Protocolo se rege pelos mesmos ideais de cooperação e ação penal conjunta. É também realçada a necessidade de uma abordagem global dos Estados para a erradicação dos presentes atos criminosos. Além disto, é também considerada benéfica esta cooperação na prevenção, que ocorre essencialmente com a sensibilização pública para esta realidade, com especial enfoque nos Estados em que a procura se revela maior. Constatamos que a noção de “criança” tem mudado também ao longo do tempo e evoluído conforme as disposições e instrumentos jurídicos emanados, apresentando-se, assim, como uma pessoa com os seus próprios direitos.

O primeiro preceito do presente Protocolo assenta na proibição expressa, a adotar pelos Estados-Membros, da venda, prostituição e pornografia de crianças. Também este artigo vem definir o que se entende por venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. Assim, a definição de venda de criança aqui expressa é uma definição com um âmbito alargado, que foi assim construída para que fosse possível abarcar qualquer finalidade que se pudesse vir a obter com a venda da criança. Vamos limitar-nos à venda da criança, pois é uma das finalidades habituais do tráfico de menores.

É frequente que os Estados-Membros realizem um tratamento jurídico semelhante da venda e do tráfico de menores, pois são conceitos facilmente confundíveis, principalmente porque a venda pode surgir como uma finalidade do tráfico. Para combater estes casos de possíveis confusões ou omissões legais, tanto neste Protocolo como na *Convenção dos Direitos da Criança*,

encontramos disposições distintas para a criminalização separada de cada uma, de modo a que nenhum ordenamento interno cometa este erro de as assemelhar num único preceito. Mais se acrescenta que uma notória diferença assenta na circulação necessária ao tráfico e desnecessária para a venda de crianças. É então necessário concluir que qualquer que seja a finalidade dada à venda da criança, esta integra-se no âmbito deste Protocolo. Deste modo, não se limita à criminalização dos atos que diretamente levam à venda de crianças, mas também da tentativa e cumplicidade. Por fim, assume um papel responsabilizador e coloca ao critério do Estado-Membro a adoção de medidas complementares às que já se encontram contidas no presente protocolo, tal como a concretização de acordos multilaterais ou bilaterais com outros Estados, pois é aqui que é necessário um maior esforço por parte de cada Estado-Membro para a efetiva prevenção e combate do tráfico⁹¹.

Torna-se oportuno, em jeito de conclusão, mencionar que a vigilância do cumprimento das obrigações impostas pela *Convenção dos Direitos da Criança* e os seus respetivos protocolos facultativos é da responsabilidade do Comité dos Direitos da Criança.

4. O Tráfico de Menores no Direito Comparado.

Ao longo do presente capítulo analisámos diversas convenções e protocolos que versam, não só sobre o tráfico de menores mas também sobre o tráfico de pessoas e direitos humanos. Após a análise dos instrumentos jurídicos internacionais, importa verificar a atividade dos Estados-Membros, ou seja, o que estes transpuseram para os seus ordenamentos jurídicos.

Dos diversos instrumentos jurídicos analisados, sem retirar a devida importância de cada um, realça-se a *Convenção de Palermo*. A mencionada Convenção foi um marco nas disposições sobre tráfico de pessoas e tráfico de

⁹¹ Neste sentido http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf.

menores, pois foi com esta que se alcançou um entendimento internacional quanto à definição de tráfico. Mais, este entendimento internacional levou a que os Estados-Membros tenham, agora, uma base comum quanto ao crime de tráfico, possibilitando uma melhor investigação e ação penal. Releva, de momento, analisar como o tráfico de menores se encontra, então, disposto nos ordenamentos jurídicos dos Estados Membros, nomeadamente no Espanhol e Italiano.

4.1 Ordenamento Jurídico Espanhol

O Código Penal Espanhol⁹², no art. 177º bis, consagra o tráfico de seres humanos⁹³. A inserção deste artigo peca por tardia. Somente em 2010 é que o

⁹² Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal.

⁹³ “Artículo 177 bis.

1. Será castigado con la pena de cinco a ocho años de prisión como reo de trata de seres humanos el que, sea en territorio español, sea desde España, en tránsito o con destino a ella, empleando violencia, intimidación o engaño, o abusando de una situación de superioridad o de necesidad o de vulnerabilidad de la víctima nacional o extranjera, o mediante la entrega o recepción de pagos o beneficios para lograr el consentimiento de la persona que poseyera el control sobre la víctima, la captare, transportare, trasladare, acogiere, o recibiere, incluido el intercambio o transferencia de control sobre esas personas, con cualquiera de las finalidades siguientes:

- a) La imposición de trabajo o de servicios forzados, la esclavitud o prácticas similares a la esclavitud, a la servidumbre o a la mendicidad.*
- b) La explotación sexual, incluyendo la pornografía.*
- c) La explotación para realizar actividades delictivas.*
- d) La extracción de sus órganos corporales.*
- e) La celebración de matrimonios forzados.*

Existe una situación de necesidad o vulnerabilidad cuando la persona en cuestión no tiene otra alternativa, real o aceptable, que someterse al abuso.

2. Aun cuando no se recurra a ninguno de los medios enunciados en el apartado anterior, se considerará trata de seres humanos cualquiera de las acciones indicadas en el apartado anterior cuando se llevare a cabo respecto de menores de edad con fines de explotación.

3. El consentimiento de una víctima de trata de seres humanos será irrelevante cuando se haya recurrido a alguno de los medios indicados en el apartado primero de este artículo.

4. Se impondrá la pena superior en grado a la prevista en el apartado primero de este artículo cuando:

a) se hubiera puesto en peligro la vida o la integridad física o psíquica de las personas objeto del delito;

b) la víctima sea especialmente vulnerable por razón de enfermedad, estado gestacional, discapacidad o situación personal, o sea menor de edad.

Si concurriere más de una circunstancia se impondrá la pena en su mitad superior.

5. Se impondrá la pena superior en grado a la prevista en el apartado 1 de este artículo e inhabilitación absoluta de seis a doce años a los que realicen los hechos prevaleciéndose de su

presente artigo foi inserido. Aliada à “pressão” internacional⁹⁴ que se fez sentir, para a referida inserção, acresceu ainda a “pressão” interna. Ou seja, a consciência de que os direitos fundamentais das pessoas não eram protegidos de forma adequada e as lacunas que se apresentavam com a aplicação do crime de imigração clandestina levaram à necessidade de consagrar o tráfico de pessoas no ordenamento jurídico espanhol⁹⁵. Numa primeira análise, denotamos várias

condición de autoridad, agente de ésta o funcionario público. Si concurriere además alguna de las circunstancias previstas en el apartado 4 de este artículo se impondrán las penas en su mitad superior.

6. Se impondrá la pena superior en grado a la prevista en el apartado 1 de este artículo e inhabilitación especial para profesión, oficio, industria o comercio por el tiempo de la condena, cuando el culpable perteneciera a una organización o asociación de más de dos personas, incluso de carácter transitorio, que se dedicase a la realización de tales actividades. Si concurriere alguna de las circunstancias previstas en el apartado 4 de este artículo se impondrán las penas en la mitad superior. Si concurriere la circunstancia prevista en el apartado 5 de este artículo se impondrán las penas señaladas en este en su mitad superior.

Cuando se trate de los jefes, administradores o encargados de dichas organizaciones o asociaciones, se les aplicará la pena en su mitad superior, que podrá elevarse a la inmediatamente superior en grado. En todo caso se elevará la pena a la inmediatamente superior en grado si concurriera alguna de las circunstancias previstas en el apartado 4 o la circunstancia prevista en el apartado 5 de este artículo.

7. Cuando de acuerdo con lo establecido en el artículo 31 bis una persona jurídica sea responsable de los delitos comprendidos en este artículo, se le impondrá la pena de multa del triple al quintuple del beneficio obtenido. Atendidas las reglas establecidas en el artículo 66 bis, los jueces y tribunales podrán asimismo imponer las penas recogidas en las letras b) a g) del apartado 7 del artículo 33.

8. La provocación, la conspiración y la proposición para cometer el delito de trata de seres humanos serán castigadas con la pena inferior en uno o dos grados a la del delito correspondiente.

9. En todo caso, las penas previstas en este artículo se impondrán sin perjuicio de las que correspondan, en su caso, por el delito del artículo 318 bis de este Código y demás delitos efectivamente cometidos, incluidos los constitutivos de la correspondiente explotación.

10. Las condenas de jueces o tribunales extranjeros por delitos de la misma naturaleza que los previstos en este artículo producirán los efectos de reincidencia, salvo que el antecedente penal haya sido cancelado o pueda serlo con arreglo al Derecho español.

11. Sin perjuicio de la aplicación de las reglas generales de este Código, la víctima de trata de seres humanos quedará exenta de pena por las infracciones penales que haya cometido en la situación de explotación sufrida, siempre que su participación en ellas haya sido consecuencia directa de la situación de violencia, intimidación, engaño o abuso a que haya sido sometida y que exista una adecuada proporcionalidad entre dicha situación y el hecho criminal realizado”.

⁹⁴ Acerca da influência da regulação internacional e europeia sobre o tráfico de pessoas no Ordenamento Jurídico Espanhol veja-se, ALONSO, Esteban Juan Pérez, “Regulación internacional y europea sobre el tráfico ilegal de personas”, *El Derecho Penal ante el fenómeno de la inmigración*, Valencia, tirant lo blanch, 2007.

⁹⁵ ALBALADEJO, Miriam Pérez, LARA, Pedro Ángel Rubio, “El delito de trata de seres humanos en el derecho penal español: problemas...”, *Revista Aranzadi Doctrinal*, n.º 7, Julio 2016, págs. 214-216.

semelhanças com o que se encontra estipulado no art. 160º do C.P.. Tal como referido, um dos objetivos da *Convenção de Palermo* era alcançar uniformidade entre os ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros. O tráfico de pessoas no ordenamento jurídico espanhol apresenta ainda mais semelhanças com o seu homónimo consagrado no nosso ordenamento jurídico. O tráfico de seres humanos no Código Penal espanhol encontra-se consagrado antes dos crimes contra a liberdade sexual⁹⁶ e na sequência dos crimes de tortura e outros crimes contra a integridade moral⁹⁷.

Relativamente ao preceito de tráfico de menores, este encontra-se consagrado no n.º 2 do art. 177º bis, do Código Penal. Denotam-se severas diferenças no seu tratamento, em comparação com o nosso ordenamento jurídico, que serão analisadas de seguida.

4.2 Ordenamento Jurídico Italiano

Tal como sucedeu no ordenamento jurídico espanhol, também no ordenamento jurídico italiano a inserção do tráfico de pessoas pecou por tardia. A referida inserção só ocorreu em 2013 sob fortes pressões internacionais⁹⁸ e internas. Importa ainda referir que no presente ordenamento jurídico foi necessário proceder a uma compatibilização com o crime de escravidão⁹⁹.

Relativamente ao Ordenamento Jurídico Italiano, encontramos a disposição relativa ao tráfico de pessoas no art. 601¹⁰⁰ do *Codice Penale*. O

⁹⁶ “TÍTULO VIII

Delitos contra la libertad e indemnidad sexuales”.

⁹⁷ “TÍTULO VII

De las torturas y otros delitos contra la integridad moral”.

⁹⁸ Nomeadamente pela Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional.

⁹⁹ CENTONZE, Alessandro, “Il Diritto penale della criminalità organizzata”, *Il Diritto Penale Della Criminalità Organizzata*, Milano, Giuffrè Editore, 2013 págs. 307-310.

¹⁰⁰ “Art. 601.

Tratta di persone.

È punito con la reclusione da otto a venti anni chiunque recluta, introduce nel territorio dello Stato, trasferisce anche al di fuori di esso, trasporta, cede l'autorità sulla persona, ospita una o più persone che si trovano nelle condizioni di cui all'articolo 600, ovvero, realizza le stesse

artigo em apreço foi modificado em 2014 de modo a transpor as disposições constantes da Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas¹⁰¹. Porém, não é somente este artigo que encontramos quanto ao tráfico¹⁰². No art. 601° bis¹⁰³ do *Codice Penale*, encontramos outra disposição, inserida no final de 2016, em consonância com diversas diretivas europeias, que versa sobre uma das finalidades do tráfico, a extração de órgãos. De forma semelhante ao que sucede no nosso ordenamento jurídico e no ordenamento jurídico espanhol, as disposições relativas ao tráfico encontram-se consagradas no capítulo dos crimes contra a liberdade individual e na seção dos crimes contra a personalidade individual¹⁰⁴.

Relativamente ao tráfico de menores, encontramos menção ao mesmo no último parágrafo do 601° do *Codice Penale*. Já quanto ao novo preceito, art. 601 bis, não encontramos qualquer referência a menores. No elenco do *Codice Penale* encontramos, no art. 602° - quater, uma disposição aplicável ao tráfico de

condotte su una o più persone, mediante inganno, violenza, minaccia, abuso di autorità o approfittamento di una situazione di vulnerabilità, di inferiorità fisica, psichica o di necessità, o mediante promessa o dazione di denaro o di altri vantaggi alla persona che su di essa ha autorità, al fine di indurle o costringerle a prestazioni lavorative, sessuali ovvero all'accattonaggio o comunque al compimento di attività illecite che ne comportano lo sfruttamento o a sottoporsi al prelievo di organi.

Alla stessa pena soggiace chiunque, anche al di fuori delle modalità di cui al primo comma, realizza le condotte ivi previste nei confronti di persona minore di età”.

¹⁰¹ Vide pág. 35 da presente dissertação.

¹⁰² Os artigos relativos ao tráfico de pessoas e de menores foram todos inseridos em sequência dos instrumentos jurídicos internacionais. Neste sentido, CENTONZE, Alessandro, “Il Diritto penale della criminalità organizzata”, *Il Diritto Penale Della Criminalità Organizzata*, Milano, 2013, pág. 311.

¹⁰³ “Art. 601 bis

Traffico di organi prelevati da persona vivente

Chiunque, illecitamente, commercia, vende, acquista ovvero, in qualsiasi modo e a qualsiasi titolo, procura o tratta organi o parti di organi prelevati da persona vivente è punito con la reclusione da tre a dodici anni e con la multa da euro 50.000 ad euro 300.000. Se il fatto è commesso da persona che esercita una professione sanitaria, alla condanna consegue l'interdizione perpetua dall'esercizio della professione.

Salvo che il fatto costituisca più grave reato, è punito con la reclusione da tre a sette anni e con la multa da euro 50.000 ad euro 300.000 chiunque organizza o propaganda viaggi ovvero pubblicizza o diffonde, con qualsiasi mezzo, anche per via informatica o telematica, annunci finalizzati al traffico di organi o parti di organi di cui al primo comma”.

¹⁰⁴ “Capo III

Dei delitti contro la libertà individuale

Sezione I

Dei delitti contro la personalità individuale”

menores. Esta disposição prende-se com a impossibilidade, nos crimes consagrados na presente secção e cometidos contra menores¹⁰⁵, de o agente invocar o desconhecimento da idade da vítima, exceto quando a sua ignorância, relativa à idade da vítima, é inevitável.

4.3 Confronto com Ordenamento Jurídico Português.

Após a análise das disposições relativas ao tráfico nos ordenamentos jurídicos espanhol e italiano, resultantes dos instrumentos jurídicos internacionais, importa fazer o confronto com aquelas que se encontram consagradas no nosso ordenamento jurídico. O tráfico de menores, no nosso ordenamento jurídico, encontra-se consagrado nos n.º 2 e 3 do art. 160º do C.P.. Porém, o legislador não ficou por aqui, pois consagrou ainda, no n.º 5 do artigo em apreço, o tráfico de menores com a única finalidade da adoção¹⁰⁶.

Antes de proceder ao confronto do nosso ordenamento jurídico com o ordenamento jurídico espanhol relativo às disposições do tráfico de menores, parece-nos pertinente mencionar algumas notas. Quando analisamos as finalidades consagradas no tipo incriminador do tráfico de pessoas no ordenamento jurídico espanhol reparamos que foi englobado o casamento forçado, o que não ocorre no nosso ordenamento jurídico. Outra nota a referir são as discussões que ocorrem na doutrina espanhola quanto à inserção, ou não, dos atos preparatórios no corpo do artigo do tráfico de pessoas e na severa punibilidade deste crime¹⁰⁷.

No Ordenamento Jurídico Espanhol, o tráfico de menores encontra-se vertido no n.º 2 do art. 177º bis, do Código Penal. A finalidade aqui exposta para o tráfico de menores é a exploração. Denotamos que não se encontra consagrada

¹⁰⁵ Aplica-se ao tráfico de menores, visto o art. 601º, que consagra o tráfico, se encontrar na presente secção do *Codice Penale*.

¹⁰⁶ Análise já elaborada no primeiro capítulo da presente dissertação.

¹⁰⁷ ALBALADEJO, Miriam Pérez, LARA, Pedro Ángel Rubio, “El delito de trata de seres humanos en el derecho penal español: problemas...”, *Revista Aranzadi Doctrinal*, n.º 7, Julio 2016, págs. 245-246.

nenhuma norma idêntica ao n.º 5 do art. 160º do C.P.. Mais, o tráfico de menores, como se encontra atualmente consagrado no nosso C.P., é muito mais abrangente que o consagrado no Código Penal espanhol, tutelando de forma mais completa, os menores.

Quanto ao Ordenamento Jurídico Italiano encontramos no último parágrafo do art. 601º *Codice Penale* a consagração do tráfico de menores. Esta norma assemelha-se à existente nos ordenamentos jurídicos espanhol e português¹⁰⁸. O art. 601º *Codice Penale* não se encontra dividido por números, tal como acontece no nosso C.P. ou no Espanhol. Apesar disso, o tráfico de menores, embora inserido no texto do tráfico de pessoas, encontra-se devidamente individualizado. Mais, o legislador optou por integrar o tráfico de menores ao preceito do tráfico de pessoas. Além do previsto no primeiro parágrafo (destinado ao tráfico de pessoas, incluindo menores) prevê-se ainda a possibilidade de o agente preencher o referido no primeiro parágrafo, independentemente do uso dos meios referidos nesse parágrafo, de forma semelhante ao que ocorre no nosso art. 160 n.º2 do C.P. Mas não prevê uma agravação da pena para os casos em que a vítima do tráfico é menor e o agente recorre aos meios descritos no parágrafo 1.

Como nota final da análise ao *Codice Penale*, em matéria de tráfico de menores, embora se considere que este esteja devidamente criminalizado não abarca todas as finalidades como no nosso ordenamento jurídico, Ou seja, também aqui não se encontra uma norma idêntica ao n.º 5 do art. 160 do C.P..

Do confronto dos ordenamentos jurídicos aqui expostos, consideramos que o tráfico de menores se encontra devidamente consagrado no nosso ordenamento jurídico. Porém, é necessário reconhecer que tanto o ordenamento jurídico espanhol como o italiano consagraram o tráfico de pessoas, tal como o

¹⁰⁸ É importante relembrar que a inserção do crime de tráfico de pessoas, em todos os ordenamentos jurídicos aqui referidos, tem a mesma base: os instrumentos jurídicos internacionais. Tornam-se lógicas as semelhanças entre as normas dos diversos ordenamentos jurídicos. Alias, esta semelhança é um dos objetivos dos instrumentos jurídicos internacionais que analisamos no Capítulo II.

tráfico de menores, numa altura muito tardia. Relativamente às semelhanças que as normas apresentam explicam-se, como já foi referido, por todas terem na sua génese os referidos instrumentos jurídicos internacionais. Por fim, importa também mencionar que com a análise realizada retira-se que existe uma certeza, cada vez maior, que os Estados Membros estão bem encaminhados para a luta do tráfico de menores.

5. Ponto de ordem

Terminado o guia legislativo europeu, podemos afirmar que a base legislativa dos Estados-Membros se encontra bem estabelecida¹⁰⁹. O tráfico de menores, e todos os crimes relacionados com este, são uma das principais preocupações que são levadas em conta na produção de instrumentos jurídicos, como tivemos oportunidade de observar. Denota-se um esforço dos Estados-Membros para o combate do tráfico de menores, nomeadamente com a transposição para os seus ordenamentos jurídicos dos instrumentos mencionados. Daqui em diante, importa averiguar como tudo isto se reflete no nosso ordenamento jurídico. Porém, é sempre preciso ter em mente este núcleo duro de legislação, pois irá nortear a legislação nacional.

¹⁰⁹ “*Supra-ordenadamente, a comunidade internacional dotou-se de instrumentos poderosos (convenções, tratados, protocolos de cooperação policial e judicial internacionais) que sugerem uma concertação estratégica e procedimental à escala planetária, justamente porque enformada pelos princípios fundamentais dos Direitos do Humanos, universais e inegociáveis*”, MACHADO, Paulo, “Compreender o tráfico de pessoas: do global ao local”, Coleção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 Tráfico Desumano: Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 11.

Capítulo III - Especificidades do Tráfico de Menores a nível nacional. O procedimento: da sinalização à condenação.

“We have not even managed to stem the tide

And more people are being trafficked than ever before”.

Kyung-wha Kang

1. A linha ténue que conecta e distancia o Auxílio à Imigração Ilegal do Tráfico de Menores

O tráfico de menores é um crime com características específicas, quer pela sua dimensão temporal quer pela dimensão territorial, o que denota uma diversidade de atos que necessitam, obrigatoriamente, de ser praticados pelo agente. Desta forma, o tráfico de menores integra, a nível internacional, um dos crimes passíveis de ser praticado através da criminalidade organizada transnacional. No seguimento deste raciocínio, é de fácil compreensão as possíveis confusões com outros tipos legais por se encontrarem diversas condutas e requisitos em comum¹¹⁰. Um exemplo possível é o crime de Auxílio à Imigração Ilegal¹¹¹.

A linha que diferencia a prática destes dois crimes é tão ténue que se demonstrou necessário proceder a esta diferenciação a nível legislativo¹¹². Esta diferenciação surge assim no *Protocolo Adicional*¹¹³ à *Convenção das Nações*

¹¹⁰ Neste sentido DANIEL-WRABETZ, Joana, “*A cooperação internacional na prevenção do tráfico de seres humanos*”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 – Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 24.

¹¹¹ A previsão deste crime encontra-se no art. 183º da Lei 23/2007 de 4 de julho.

¹¹² A mencionada necessidade foi demonstrada com a Diretiva 2002/90/CE, de 28 de Novembro de 2002, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares, da qual se retira: “*Por conseguinte, há que combater o auxílio à imigração clandestina, não só no caso de esse auxílio se traduzir na passagem irregular da fronteira stricto sensu, mas também quando for praticado com o objectivo de alimentar redes de exploração de seres humanos.*” Deste modo, a própria Diretiva após proceder à devida diferenciação apresenta, também, uma ligação intrínseca entre estes dois crimes.

¹¹³ Recomendação n.º 1611 de 2003, do Conselho da Europa. Os Estados-Membros foram convidados a ratificar a respetiva Convenção e posteriores protocolos adicionais.

*Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea*¹¹⁴, que nos define o Auxílio à Imigração Ilegal como “o facilitar da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não é nacional ou residente permanente, com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, um benefício financeiro ou outro benefício material”¹¹⁵. Do referido preceito, retiramos que este se interliga com o tráfico de menores, pois este possui um carácter transfronteiriço; ou seja, o auxílio à imigração ilegal pode ser uma das fases iniciais ou finais do tráfico de menores. Por se tornar possível encontrar pontos semelhantes entre estes dois crimes, e por ocorrer uma confusão entre eles, vamos desprendê-los pelos pontos que eventualmente os poderiam unir.

O consentimento da vítima, relevante ou não, é visto como um viável ponto de partida para a distinção¹¹⁶. No tráfico de menores qualquer consentimento é considerado irrelevante, tal como dispõe o n.º 8 do art. 160º¹¹⁷; porém, nos casos de tráfico de menores, raramente encontramos qualquer consentimento da vítima, pois as situações que se evidenciam é que não existe consentimento prestado ao agente. E mesmo que exista é irrelevante¹¹⁸. Já no polo oposto encontramos o consentimento prestado no auxílio à imigração ilegal. Aqui o consentimento é prestado de forma livre e consciente. O consentimento existe nestes casos, porque a situação é distinta. O consentimento da vítima não é obtido, pelo agente, por qualquer tipo de meio fraudulento ou enganoso, ou seja, não recorre a qualquer meio vertido na norma do n.º 1 do art. 160º C.P..

Uma outra característica que se associa a estes dois crimes é o carácter transnacional. Como foi referido, o tráfico de menores tem uma conotação

¹¹⁴ Aprovado em Nova Iorque e com entrada em vigor a 28 de janeiro de 2004. Disponível em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/protocolomigrantes2.pdf>.

¹¹⁵ Art. 3º alínea a) do presente Protocolo. No âmbito nacional, este protocolo encontra-se vertido na Lei 23/2007 de 4 de julho.

¹¹⁶ Neste sentido FILIPE, Anabela, “Investigação Criminal face ao Tráfico de Seres Humanos – (in) definições, dificuldades e desafios”, *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses, Investigação Criminal n.º 1*, Lisboa, 2011, pág. 116.

¹¹⁷ Da mesma forma que é irrelevante o consentimento prestado pelos seus progenitores, nos termos do art. 160º n.º 1 alínea e) e do seu n.º 5 do C.P..

¹¹⁸ Por força dos arts. 38º n.º 3 e 160º n.º 8 CP..

transnacional¹¹⁹, pois acarreta, normalmente, um país de origem, outro(s) de travessia e outro(s) de destino. Porém, nestes casos, não é obrigatório, ou seja, aqui não é necessária a passagem efetiva de uma fronteira. Já no auxílio à imigração ilegal existe um carácter transnacional como elemento essencial, pois a conduta do agente ocorre com esta travessia e com a facilitação da entrada ilegal num Estado. Retiramos que a passagem de uma fronteira é um requisito essencial da previsão do crime de auxílio à imigração ilegal¹²⁰.

Diretamente relacionado com o consentimento prestado encontramos a relação entre o agente e a vítima. A relação existente no tráfico de menores é entre um agente e uma vítima, não existindo qualquer outro tipo de relação, visto que o agente engana ou de qualquer forma constrange a vítima¹²¹ e esta última é assim trapaceada/constrangida pelo agente. Acresce, ainda, a intenção contínua de exploração que o agente possui, visto não se cingir a uma única fase, mas sim a todas as condutas que podem integrar o tráfico. Deste modo, a vítima fica à mercê do agente, sendo continuamente vítima de engano, maus-tratos e, muitas vezes, privada da sua liberdade. Já no auxílio à imigração ilegal, encontramos uma relação entre cliente e facilitador¹²², pois o cliente procura os serviços do facilitador, com total consciência, e o facilitador presta o serviço que lhe foi solicitado. Podemos, com as devidas precauções, invocar uma analogia com uma relação comercial para classificar esta relação entre o cliente e o facilitador. Nesta medida, a exploração, vertida no auxílio à imigração ilegal, é totalmente distinta, pois, a existir, é somente nas condições e tratamento que ocorre até à entrada ilegal num Estado. Aliás, o próprio facilitador não possui a intenção de prolongar esta situação, pois, após a efetiva entrada ilegal no país de destino, este não tem mais contacto com o cliente. Este ponto encontra-se totalmente

¹¹⁹ Porém, não é essencial, pois o art. 160º do C.P. também abrange o tráfico de menores a nível nacional.

¹²⁰ Tal como se retira da análise das definições referidas quanto ao crime de Auxílio à Imigração Ilegal.

¹²¹ Por qualquer meio vertido no n.º2 do art. 160º do C.P..

¹²² Nome usualmente utilizado para designar o agente do crime de auxílio à imigração ilegal. Esta denominação vai de encontro ao que se encontra estipulado na definição de auxílio à imigração ilegal.

relacionado com o consentimento, pois encontramos uma lógica idêntica: entre o facilitador e o cliente no auxílio à imigração ilegal existe uma escolha (pelo menos mais) livre, e a total falta desta no tráfico de menores.

Outra questão subjacente à intenção contínua de exploração¹²³ no tráfico de menores é a intenção lucrativa do agente, pois, tal como *supra* mencionado, o agente tem a intenção de obter ganhos adicionais com o tráfico. Em regra não é cobrada qualquer quantia inicial, visto existir sempre um meio fraudulento para iniciar o crime de tráfico de menores, porém, também se evidenciam situações em que são cobradas quantias exorbitantes para que depois o agente manipule a vítima servindo-se da dívida desta, daí a contínua exploração¹²⁴. No outro lado da questão, no auxílio à imigração ilegal, a intenção lucrativa do facilitador cessa com o pagamento, ou vantagem patrimonial, para a facilitação da entrada ilegal¹²⁵. Os serviços prestados tornam-se, assim, suficientes para se verificar a desnecessidade de utilizar qualquer meio referido no n.º 1 do art. 160º. Acresce o facto de os menores serem um alvo de fácil controlo, deixando de fazer sentido utilizar esses meios.

Ambos os crimes enquadram-se na criminalidade organizada transnacional, porém é imprescindível indicar a diferença na organização de ambos. Para a realização do tráfico, pelo crime em si e por aquilo que este comporta, depreendemos que necessita de uma organização de maior magnitude, exigindo uma organização mais complexa que faça jus aos diferentes contornos que o tráfico acarreta. Já no que concerne ao auxílio à imigração ilegal, tendo em conta os atos que se praticam, não é essencial possuir uma organização tão

¹²³ Neste sentido FILIPE, Anabela, “Investigação Criminal face ao Tráfico de Seres Humanos – (in) definições, dificuldades e desafios”, *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses, Investigação Criminal n.º 1*, Lisboa, 2011, pág. 117.

¹²⁴ Situação muito frequente em caso de mulheres exploradas sexualmente, pois, para chegarem ao país de destino pagam uma avultada quantia, e, aí chegadas, ficam em “dívida” para com o agente e este manipula-as de forma a prostituírem-se para “saldar” a suposta dívida.

¹²⁵ ELLIS, Tom e AKPALA, James “Compreender a relação entre o tráfico de pessoas, o tráfico ilícito de migrantes e a criminalidade organizada: o caso da Nigéria”, *Colecção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna*, 2010, págs. 123-124.

complexa, bastando uma organização simples ou mesmo a inexistência de uma, chegando que exista o facilitador¹²⁶.

Após o que foi referido, importa, para finalizar, identificar os bens jurídicos tutelados pelas incriminações em causa. Quanto ao tráfico de menores, esta classificação já aqui foi mencionada, aponta-se, agora, que este bem jurídico possui um carácter marcadamente pessoal, acrescido de uma dimensão relevante na defesa dos Direitos Humanos¹²⁷. Já no auxílio à imigração ilegal, deparamo-nos com um bem jurídico de carácter coletivo, ou seja, com a prática do ilícito o que se lesa é a soberania e a segurança do Estado. Também os elementos constitutivos do crime são distintos do Tráfico. Deste modo, no auxílio à imigração ilegal, estamos perante ações¹²⁸ e meios típicos divergentes. Atendendo ao que foi aludido é possível perceber a justificação para esta divergência de elementos distintos, sendo a finalidade¹²⁹ reversa à suscitada pelo tráfico de menores.

Em suma, estes dois ilícitos encontram-se, cada um, na extremidade da linha que os une. Visto que os elementos dos crimes são distintos, o esforço empregue pelos órgãos de polícia criminal também o será¹³⁰. Embora, em primeira análise, se encontrem vértices em comum, desde logo, através de uma análise detalhada, facilmente percebemos que estes são distintos, possuindo mesmo uma relação de alternatividade. A referida alternatividade pode ser explicada pelo facto de nenhuma situação conseguir consubstanciar ambos os ilícitos ao mesmo tempo, pois estamos face a finalidades distintas. Apesar desta alternatividade, existem situações que, devido à complexidade do tráfico de

¹²⁶ Neste sentido COSTA, Joana Azevedo, “Tráfico de Seres Humanos”, disponível em http://www.verbojuridico.net/doutrina/2011/joanacosta_traficosereshumanos.pdf, págs. 10-11.

¹²⁷ Vide págs. 26 e seguintes da presente dissertação.

¹²⁸ A ação do agente centra-se essencialmente na facilitação da entrada ilegal de uma pessoa, segundo o protocolo já anteriormente referido relativo ao Tráfico Ilícito de Migrantes, no seu art. 3º.

¹²⁹ O agente pratica este crime para a obtenção de um pagamento, um benefício ou qualquer outra vantagem, em regra patrimonial, já pré-estabelecido com o migrante.

¹³⁰ No mesmo sentido, *Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal*, Ministério da Administração Interna, Lisboa, 2010, disponível em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2009_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf.

menores, quer na prática do ilícito, quer na sua punição, nos remeterão para o acionamento do auxílio à imigração ilegal. Isto é, quando não se consegue colmatar a falha do acionamento processual e condenatório do tráfico de menores, irá surgir o auxílio à imigração ilegal, ainda como um crime menos gravoso¹³¹ face ao tráfico de menores, foi sendo a solução encontrada para uma real punição¹³².

2 O caminho percorrido pelo agente e pelo menor.

2.1 Os ilícitos necessários na preparação e execução do tráfico de menores: a ótica do agente.

O tráfico de menores é um crime com uma conotação, em regra, duradoura. Concluímos que este ilícito acarreta diversificadas condutas, não sendo um crime que seja facilmente demarcado com um único padrão de comportamento. Assim, o que evidenciamos na maior parte dos casos, em que estamos face ao tráfico, é que é necessária a prática de ilícitos que antecedem e/ou ultimam a finalidade do tráfico de menores¹³³. O agente pratica diversos atos, que culminam em tipos legais de crime, para que se efetive o tráfico de menores. De fácil compreensão nos surge esta conclusão, basta relembrar que o crime de tráfico de menores possui, na maior parte dos casos, um carácter transfronteiriço, acarretando um país de origem, travessia e destino¹³⁴, tal como a sua prática se remete, quase em modo exclusivo, à criminalidade organizada. Quando nos deparamos com um crime complexo, como o tráfico, é necessário, por parte do agente, uma preparação e execução diversa da que seria de esperar na prática de outros ilícitos. Assim, um agente com intenção de traficar menores,

¹³¹ Referimos à moldura penal deste ilícito.

¹³² Neste sentido, MENDES, Paulo Sousa, “Tráfico de Pessoas”, *Revista do CEJ. Jornadas sobre a revisão do Código Penal*, 1º Semestre 2008, págs. 170-171.

¹³³ De notar que tratamos aqui de menores, estes são facilmente manipulados, devido, é claro, à sua especial vulnerabilidade. Demonstra-se assim a desnecessidade da prática de atos complementares ao próprio tráfico em si.

¹³⁴ Na maior parte dos casos, não sendo um requisito de punibilidade. É antes uma característica acentuada deste tipo de criminalidade.

irá necessariamente efetuar um conjunto de atos ilícitos (a título de exemplo: falsificação de documentos) para levar a cabo a sua intenção, daí que o tráfico seja reconduzido à criminalidade organizada, pois de outro modo seria árduo para um só agente, em modo individual, protagonizar todo o enredo do tráfico de menores.

Desde modo, não iremos abordar nem analisar todos os atos ilícitos praticados pelo agente¹³⁵. Iremos evidenciar alguns atos ilícitos e relacioná-los diretamente com o tráfico de menores, realçando a necessidade da sua prática. Na preparação do tráfico de menores, o agente irá deparar-se com diversas circunstâncias. Estas circunstâncias podem variar, porém algumas tornam-se recorrentes quando nos cingimos ao tráfico de menores tais como: a entrega do menor, por parte dos seus progenitores¹³⁶, ou, a título de exemplo, o rapto do menor¹³⁷. Deparamo-nos neste momento inicial com um ilícito, surgindo a pertinente questão: este ilícito já se reconduz ao tráfico de menores, ou de modo diverso, estaremos perante um ilícito autónomo?

O tráfico reconduz-se a um crime complexo, tornando-se, muitas vezes, difícil reconduzir a prática de certos ilícitos a este crime. Vamos socorrer-nos, uma vez mais, do art. 160º do C.P., para justificar que esta incriminação pretendeu, na sua génese, abarcar ilícitos como o rapto, pois especificou meios diversificados para a prática do tráfico. Assim, na nossa opinião, os referidos

¹³⁵ Referenciamos o agente, enquanto pessoa que pratica o ato ilícito, porém a prática do ato ilícito pode também ser imputada a uma pessoa coletiva, nomeadamente uma organização criminosa, relembrando aqui os esforços a nível internacional decorrentes das convenções e diretivas retratadas no capítulo II, nomeadamente a Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de Outubro de 2008 e a Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional.

¹³⁶ Não iremos analisar a responsabilidade penal dos progenitores. Qualquer consentimento da parte destes, é considerado irrelevante para o tráfico, nos termos do art. 160º n.º 1 alínea e), e n.º 5 do C.P..

¹³⁷ O rapto está inserido no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal do C.P.. O bem jurídico protegido é a liberdade de locomoção. A conduta típica que é exigida pelo tipo é a transferência da vítima, de um local para outro, ou seja, a conduta efetiva-se com a ação do agente. Os meios descritos neste tipo são a violência, ameaça e astúcia, ou seja, um crime de execução vinculada. O resultado que o agente pretende obter com a prática deste crime é a privação da liberdade da pessoa transferida, por diversos meios como os referidos. Neste sentido, CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Anotação ao art. 161º, Coimbra Editora, 2012, págs. 693-701.

ilícitos são parte integrante do tráfico de menores. Porém, e em sede de condenação, estes ilícitos têm vindo a ser considerados autonomamente, transmitindo certeza e segurança da condenação do agente, quer à vítima quer à sociedade.

O exposto não se reconduz unicamente aos atos praticados pelo agente na execução do tráfico. Necessitamos de realizar este raciocínio para abranger todos os ilícitos praticados ao longo do tráfico. Seria impraticável, para o legislador, a estipulação de um preceito que consagrasse taxativamente todos os atos que se integrassem na prática do tráfico, pois a própria complexidade do ilícito tornaria, desde logo, essa intenção defraudada. Assim, é necessário compreender que o tráfico acarreta mais ilícitos posteriores à execução, e anteriores à consumação das finalidades contidas na norma. Após estar na posse¹³⁸ do menor, e até ultimar a sua intenção, o agente pratica outros ilícitos, sendo que alguns se tornam necessários para alcançar a finalidade do tráfico. Viável parece-nos a circunstância de o agente praticar ilícitos como a falsificação de documentos¹³⁹, a título de exemplo, ao longo da execução do tráfico. Deste modo, a falsificação de documentos demonstra-se necessária em diversas situações, como na entrada num Estado, ou mesmo para a exploração laboral. Da mesma forma, podemos referir que o sequestro praticado pelo agente serve para manter o menor no seu poder e daí atingir uma das várias finalidades, obter lucros adicionais. Este ilícito leva a que, muitas vezes, sejam praticados outros, como por exemplo, a escravidão¹⁴⁰. O agente aqui chegado depara-se com uma situação análoga à de

¹³⁸ Esta denominação é utilizada por o menor representar, para o agente, um objeto e não um ser humano. É considerado uma mera mercadoria que se encontra na posse do agente.

¹³⁹ A falsificação de documentos encontra-se consagrada no art. 256º do C.P.. Encontra-se inserido nos crimes contra a vida em sociedade. Este crime é considerado muitas vezes como um crime preparatório, em grande parte, devido à diversidade de finalidades que o agente pode visar com a prática deste ilícito. O bem jurídico protegido é a segurança e credibilidade no tráfico jurídico. No mesmo sentido, MONIZ, Helena, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação ao art. 256º, Coimbra Editora, 2012, págs.674-692.

¹⁴⁰ Em conformidade com o disposto na Convenção de Genebra, na redação atual o crime de escravidão encontra-se inserido no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal e reconduz-se à proteção do bem jurídico dignidade ou personalidade humana individual. Deste modo, o núcleo duro deste crime é tornar a pessoa em uma coisa e torná-la “sua”, como se fosse sua propriedade. Desta forma, não basta que a pessoa seja instrumentalizada para uma finalidade do agente, aqui é necessário que exista uma sujeição total e uma posse por parte do agente, na

uma “*bola de neve*” numa situação interminável de ilícitos, pois um ilícito leva a outro, e a situação só se mantém face ao alento deste na sua continuação. Não é fácil remeter todos estes ilícitos a algum marco temporal específico do tráfico, pois estes crimes podem ser praticados a qualquer momento, sem uma ordem específica, no decorrer do tráfico de menores.

A referência a estes ilícitos demonstra-se necessária para uma real entendimento do que o tráfico de menores acarreta. Porém, não é somente o que este engloba, mas de outro modo demonstrar que o tráfico não se reconduz a *um* ilícito, mas sim à prática de diversos. Não referimos desta forma que seja taxativa a prática dos ilícitos referidos, pois existem circunstâncias em que estes não se afiguram necessários. Resume-se à ideia de que cada caso de tráfico é único, porém, denota-se que a prática destes ilícitos se torna evidente tanto por o tráfico ser praticado por organizações criminosas, quer pelo facto deste estar a tornar-se, a cada dia, a cada passo, um crime mais subtil, quase transparente numa sociedade moderna sem tempo para o descortinar.

Torna-se ainda relevante abordar quando é que estes ilícitos podem aparecer. Como *supra* referido, reportámo-nos a duas situações: a relação de alternatividade ou a condenação por tráfico de menores. A relação de alternatividade, já aludida quando nos reportamos ao auxílio à imigração ilegal, subsiste quando se torna impossível comprovar o tráfico de menores, e consequentemente são então utilizados estes ilícitos para existir uma efetiva punição do agente, mesmo que não seja por o crime no seu todo, mas pelo menos por ilícitos realizados para preparar ou executar o tráfico. Referimos que estes crimes são vistos, muitas das vezes, como um “menos” em relação ao tráfico de menores. Outra situação é quando os ilícitos estão englobados no tráfico de menores. Assim, nesta circunstância, os ilícitos retratados vão ser parte integrante do tráfico, sendo que aqui a punição releva, como deveria ser regra, como um todo.

medida em que a vítima é sua propriedade, como se de um mero objeto se tratasse. Estamos perante um crime comum. No mesmo sentido CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação ao art. 159º, Coimbra Editora, 2012, págs. 669-675.

Por fim, terminamos, com uma nota célere quanto uma solução possível: o concurso de crimes¹⁴¹. Após termos evidenciado os crimes adjacentes ao tráfico de menores, praticados pelo agente, importa relembrar a complexidade do crime em causa. Deste modo, em sede de tráfico, consideramos correta a posição dos autores que defendem um concurso aparente, em que o agente responde pelo “crime-fim”, ou seja o tráfico, pois os crimes adjacentes praticados são meramente instrumentais para este “crime-fim”. Nas palavras de Jorge de Figueiredo Dias¹⁴²: *“Apesar do concurso de tipos legais efetivamente preenchidos pelo comportamento global, se deva ainda afirmar que aquele comportamento é denominado por um sentido autónomo de ilicitude, sentido dos concretos ilícitos-típicos praticados”*.

Esta situação só não será assim, quando a moldura penal dos crimes instrumentais seja maior que a moldura do “crime – fim”, o que não sucede no caso concreto.

2.2 As finalidades do tráfico destinadas ao menor.

Torna-se inútil fazer uma análise exaustiva de todas as finalidades do tráfico, mas, para uma análise mais detalhada, iremos mencionar as finalidades que, pela sua esmagadora expressão, se apresentam com maior relevo. Quando se demonstra, no decurso do tráfico, que existiu uma efetiva passagem de fronteiras, as finalidades, a dar às vítimas, irão demonstrar-se quando chegadas aos países de destino, pois é aí que o agente irá obter o seu lucro com a exploração¹⁴³ das vítimas¹⁴⁴. Já nas situações em que a circunstância transfronteiriça não se

¹⁴¹ Art. 30º n.º 1 e 2 C.P..

¹⁴² DIAS, Jorge de Figueiredo, “Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime”, Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, Coimbra, 2011, pág. 990.

¹⁴³ As finalidades vertidas no n.º 2 do art. 160º do C.P. são as seguintes: exploração sexual, exploração do trabalho, mendicidade, escravidão, extração de órgãos ou exploração de outras atividades criminosas. A este elenco acresce ainda a finalidade vertida no n.º 5 do art. 160º do C.P., a adoção.

¹⁴⁴ “Nas palavras de um traficante: “”Podes comprar uma mulher por \$10,000 e podes ter o teu dinheiro de volta numa semana se ela for bonita e jovem. Depois, tudo o resto é lucro””. Malarek, Victor, *The Natashas. Inside the new global sex trade*. Nova Iorque: Árcada Publising. Citado em SANTOS, Boaventura Sousa, *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual*, Coleção de Estudos de Género 5, CIG, Lisboa, 2008, pags. 35-36. Retirado

verifica, a referida exploração irá suceder quando o agente chegar ao seu destino ou alcançar o necessário, na sua ótica, para iniciar a exploração das suas vítimas. Porém, a exploração a que o agente reconduz a vítima pode ter um peso diferente consoante o tráfico de menores seja ou não punido autonomamente, pois, quando a exploração não é englobada no tráfico de menores, irá ser remetida à criminalização autónoma.

No relatório redigido pelas Nações Unidas¹⁴⁵ retira-se com enorme expressividade, duas finalidades primordiais: a exploração sexual¹⁴⁶ e a exploração laboral.

Encontra-se no relatório das Nações Unidas que a finalidade mais usual, e com uma alargada expressão no mundo da exploração de vítimas de tráfico de menores, é a exploração sexual. Já se mencionou que o tráfico de menores possui uma finalidade de exploração contínua, conjugada com os fatores de idade, raça e sexo, facilmente concluímos qual a justificação para que estas sejam as finalidades com maior expressão, em sede de tráfico de menores. A exploração sexual¹⁴⁷, como finalidade do tráfico, não distingue as suas vítimas, porém, é nítido, pelas estatísticas de inúmeras instituições¹⁴⁸, que as vítimas primordiais desta exploração são mulheres. As vítimas são, na sua maioria, oriundas de países em subdesenvolvimento ou, como frequentemente designados, países do

de DANIEL-WRABETZ, Joana, “*A cooperação internacional na prevenção do tráfico de seres humanos*”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 – Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 25.

¹⁴⁵ Disponível: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf

¹⁴⁶ Abordada na 8ª Conferência Eurojustice, “*Procuradores europeus em diálogo*”, Coimbra Eitora, 2006, págs. 163-199. “*De acordo com um estudo recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Action Against Trafficking in Human Beings”(2008), há cerca de 12,3 milhões de vítimas de trabalhos forçados, dos quais 2,4 milhões são traficadas, gerando um lucro anual de 32 biliões de dólares americanos para os seus traficantes*”. OIT “*Action Against Trafficking in Human Beings*”, 2008, p.1. Retirado de DANIEL-WRABETZ, Joana, “*A cooperação internacional na prevenção do tráfico de seres humanos*”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 – Tráfico Desumano, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 24.

¹⁴⁷ Antes da reforma de 2007 do C.P. o tráfico de pessoas somente era punido quando a finalidade fosse sexual.

¹⁴⁸ Estatísticas disponível em http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf e em https://ciicum.files.wordpress.com/2013/07/infocedi_45_traficodecriancas.pdf.

terceiro mundo. Este facto é de especial interesse, pois estas são vítimas que o agente pode manipular com maior facilidade face às suas, por norma, precárias circunstâncias. Recorrente nesta situação é as mulheres fazerem-se acompanhar pelos seus filhos menores, na busca de uma nova vida, com ofertas e promessas de um futuro digno para si e para os seus filhos. A realidade exposta é de conhecimento comum e generalizado e, neste sentido, a *Convenção de Palermo*¹⁴⁹ foi redigida tendo em especial consideração as mulheres e as crianças, pois são as vítimas preferenciais dos agentes. Recordando o teor do referido protocolo, assistimos a uma preocupação da comunidade europeia na proteção das vítimas que aqui foram aludidas, especialmente quanto aos menores.

Torna-se indispensável lembrar, uma vez mais, que as finalidades referidas se encontram vertidas no n.º 2 do art. 160º do C.P., porém é relevante analisar os crimes consagrados no nosso ordenamento jurídico, correspondentes à concretização dessas finalidades, para uma possível criminalização autónoma destas. No ordenamento jurídico português, assistimos a diversas criminalizações relativas à exploração sexual de menores, nomeadamente na secção II dos crimes contra a autodeterminação sexual (arts. 171º a 176º do C.P.). A denominação “*exploração sexual*” é desde logo, numa primeira configuração, um conceito indeterminado, pois pode abarcar uma multiplicidade de condutas, porém, o objetivo dos conceitos presentes nas convenções ou diretivas internacionais é de proporcionar aos Estados-Membros a possibilidade de adequar a transposição, para o seu ordenamento jurídico interno. Deste modo, os Estados, ao concretizarem as referidas transposições, ponderam o que já se encontra criminalizado e que poderão preencher. Não existe uma imposição de transposição literal do que se encontra vertido a nível internacional.

¹⁴⁹ Vide pág. 43 da presente dissertação.

No ordenamento jurídico português, poderemos encontrar diversos tipos que efetivam a criminalização da exploração sexual dos menores¹⁵⁰, como, por exemplo, nos arts. 171º e 173º do C.P.. Desta forma, a finalidade da exploração sexual do tráfico de menores pode ser reportada no nosso ordenamento interno ao abuso sexual de crianças¹⁵¹ ou então aos atos sexuais com adolescentes¹⁵². Os tipos indicados foram especificamente selecionados, pois denotam uma distinção entre crianças e adolescentes, sendo que ambos se referem a menores, porém, o legislador faz esta distinção em razão da idade. De uma leitura atenta retiramos uma moldura penal agravada para o abuso sexual de crianças. Ambos os tipos se inserem sistematicamente no capítulo dos crimes contra a autodeterminação sexual, demonstrando aqui uma correta aplicação quando nos relembramos da finalidade mais usual do tráfico de menores, a exploração sexual.

Sendo a exploração sexual a finalidade mais perseguida pelos agentes no tráfico de menores, esta é objeto de múltiplas diretivas internacionais¹⁵³, que levam a que os diversos Estados-Membros modifiquem e/ou acrescentem nos seus ordenamentos jurídicos os tipos inseridos nessas diretivas de modo a alargá-

¹⁵⁰ Encontra-se ainda consagrado, relativamente a menores, o abuso sexual de menores dependentes no art. 172º C.P., recurso à prostituição de menores no art. 174º do C.P., a pornografia de menores no art. 176º do C.P. e o lenocínio de menores no art. 175º do C.P..

¹⁵¹ O crime de abuso sexual de crianças é um crime comum, pois o agente pode ser qualquer pessoa, sem discriminação de sexo. Porém a vítima tem de ter uma idade inferior a 14 anos. Assim, nestes crimes, o bem jurídico protegido é a autodeterminação sexual do menor, e o livre desenvolvimento da sua personalidade, em especial, na esfera sexual. O conteúdo da conduta do agente, para se efetivar a punição e consequentemente lesar o bem jurídico, é uma conduta com um teor sexual, que pode ser de diversas naturezas, consoante as situações que se especificam na norma. Acrescenta-se ainda as palavras de Jorge Figueiredo Dias: “*Não deverá esquecer-se que, segundo uma doutrina hoje dominante e justificada, à afirmação do dolo não se torna indispensável uma consciência (intelectual) clara do elemento em representação mas basta uma co-consciência imanente à acção*”. Neste sentido, DIAS, Jorge Figueiredo, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação ao art. 171º, Coimbra Editora, 2012, págs. 832-845.

¹⁵² O bem jurídico aqui protegido é o livre desenvolvimento da vida sexual do adolescente de 14 a 16 anos de qualquer sexo, face a processos proibidos de sedução conducentes à prática de atos sexuais de relevo. Este é um crime comum, visto que qualquer pessoa o pode cometer, porém a vítima tem de ter uma idade entre os 14 a 16 anos. As condutas deste ilícito devem ser individualizadas consoante os números presentes na norma do 173º do C.P.. Neste sentido DIAS, Jorge de Figueiredo, ANTUNES, Maria João, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação ao art. 173º, Coimbra Editora, 2012, págs. 852-864.

¹⁵³ A título complementar, veja-se a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.

los. Em suma, após evidenciarmos as normas que o nosso ordenamento dispõe para a recondução da finalidade da exploração sexual, concluímos que esta finalidade apresenta inúmeras realidades e pode ser perseguida através de diversas condutas, por parte do agente. Assim, é também de *supra* importância referir que o agente, para manter esta exploração sexual, tem necessidade de praticar os referidos crimes de execução, decorrentes do tráfico, pois necessita de subjugar as suas vítimas. A nível nacional e internacional é gritante a necessidade de terminar com o flagelo do tráfico de mulheres e crianças com a finalidade de exploração sexual. As vítimas, em especial as crianças, acabam por sofrer sequelas irremediáveis na vida. A sua infância é devastada, assim como o seu livre desenvolvimento que nunca será pleno. O simples facto de se ser vítima de tráfico já acarreta sequelas graves na vida de qualquer ser humano, agravando-se nas vítimas mais vulneráveis.

Uma outra finalidade, com expressão, é a exploração laboral¹⁵⁴, o que não representa qualquer surpresa, pois são recorrentes as denúncias diárias de trabalho infantil. Nesta ótica e perante a dimensão desta exploração, existe uma preocupação a nível internacional no seu combate¹⁵⁵. Será agora pertinente

¹⁵⁴ Torna-se relevante mencionar o art. 69º, n.º 3 C.R.P., que consagra a proibição do trabalho de menores em idade escolar.

¹⁵⁵ Relativamente à Exploração Laboral, referimos as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (doravante designada por O.I.T.). Importa referir a *Convenção 29 relativa ao trabalho forçado ou obrigatório*, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a 28 de Junho de 1930. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/etfps-conv-29.html>; a *Convenção 143 relativa às Imigrações Efetuadas em Condições abusivas e sobre a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes*, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a 24 de Junho de 1975. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-143.html>; E, por fim, a *Convenção 182 relativa à Interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação*, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a 17 de Junho de 1999. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-182.html>. Esta última Convenção tem na sua génese a já mencionada *Convenção dos Direitos das Crianças* e a *Convenção suplementar das Nações Unidas relativa à abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas*. Daqui se retira uma preocupação com as crianças que são vítimas desta exploração. As presentes Convenções vêm, então, demonstrar a real situação do trabalho infantil e que esta se gera pelos mesmos motivos que foram expostos, sendo a debilidade económico-social apresentada como uma necessidade urgente que leva à criação de mecanismos de cooperação conjunta dos Estados-Membros para o combate deste flagelo, como a criação de redes educativas para que a causa desta situação

abordar as situações através das quais o agente alcança esta finalidade. Uma delas reporta-se à já mencionada continuidade do tratamento desumano às vítimas, quer com a continuidade do sequestro como com a venda da vítima a um terceiro. A venda de crianças é um problema real e com uma enorme incidência, ainda que diversa do tráfico de menores. Assim, com a possibilidade da venda da vítima, o agente delimita o fim último do tráfico de menores. Porém, para a vítima, o que sucede é o início de uma nova afronta às suas liberdades e à sua dignidade humana.

O nosso ordenamento jurídico não conhece uma norma idêntica às que se encontram estipuladas nas diversas convenções enunciadas, porém, esta finalidade pode ser reconduzida a outras incriminações¹⁵⁶. Assim, referimo-nos, em primeira linha, ao crime de *escravidão*¹⁵⁷. Já na ótica das Convenções da O.I.T. podemos reconduzir a exploração laboral ao crime de *burla relativa a trabalho ou emprego*¹⁵⁸. Basta-nos uma breve análise aos crimes mencionados para concluir que estes se encontram muito aquém do desejado e ultimado pelas convenções internacionais. As diversas situações que a exploração laboral engloba não são subsumíveis ao que encontramos no nosso ordenamento. Mais latente se torna esta questão quando nos reportamos a menores. Em nenhuma destas normas é referida qualquer situação de exploração de menores, nem sequer, o conceito de “*especiais razões de vulnerabilidade da vítima*”. A vítima, na exploração laboral, não encontra qualquer proteção específica, tanto pelo

diminua. Como complemento desta Convenção, temos a recomendação de programas delineados para a eliminação do trabalho infantil.

¹⁵⁶ Não nos referimos somente ao C.P. mas também ao Código do Trabalho (Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, última redação pela Lei 28/2016, de 23 de agosto) que consagra na sua Subsecção V o Trabalho de menores (arts. 66º - 83º). Salienta-se o art. 82º onde se consagra o crime de utilização indevida de trabalho do menor.

¹⁵⁷ Vide pág. 64 da presente dissertação.

¹⁵⁸ Este crime encontra-se no art. 222º do C.P., inserido sistematicamente nos crimes contra o património em geral. O bem jurídico a proteger é o património. Sobre este crime veja-se, COSTA, A. M. Almeida, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, anotação ao art. 222º, Coimbra Editora, 2012, págs. 334-337.

exposto como pela inserção sistemática deste crime de burla relativa ao trabalho ou emprego¹⁵⁹.

Em modo de nota final, quanto às finalidades do tráfico de menores, que comportam uma esmagadora expressão, estas possuem repercussões inimagináveis para as vítimas de tráfico. O agente centra-se nos lucros adicionais que pode obter com a exploração contínua das vítimas. No tocante ao nosso ordenamento jurídico, estamos perante uma situação dual, pois, quanto à exploração sexual existe uma larga rede de normas que se encontram consagradas. Porém, quanto à exploração laboral, encontramos uma grave deficiência normativa. Na nossa opinião, esta situação dual pode ser explicada por um elemento histórico. Como foi aludido, o tráfico tem antecedentes históricos¹⁶⁰ que o interligam à finalidade de exploração sexual ou à prática de atos sexuais de relevo, e esta ligação nunca foi perdida. Daí a vasta criminalização em sede de autodeterminação sexual dos menores, e não só. Porém, é necessário acompanhar as condutas que os agentes vão adotando para prosseguir as finalidades descritas, pois só desta forma se conseguirá proteger as vítimas, especialmente as que por razões próprias se encontram mais vulneráveis e se tornam “alvos perfeitos”.

Mencionado também, ao longo das presentes páginas, foi o facto de o tráfico de menores ser um crime complexo, propenso à prática, pelo agente, de diversas condutas que podem reconduzir-se a outros crimes, que se tornam autonomizáveis, ou não, do tráfico de menores. Compreendemos que as situações citadas devem ser entendidas como um todo no que se reporta ao tráfico de menores. Para o agente é um crime que na sua génese depende de várias variáveis, pois o agente inicialmente até poderá ter a intenção de concretizar a sua finalidade com exploração laboral, porém, é surpreendido com uma maior vantagem lucrativa com a exploração sexual.

¹⁵⁹ Seguindo a ótica da exploração sexual, pensamos que é necessário a inserção no nosso C.P. de um crime contra a exploração laboral de menores. Uma outra solução pode ser o complemento do que já se encontra estipulado com a inserção, por exemplo, do conceito de especiais razões de vulnerabilidade da vítima que levaria a uma agravação da moldura penal.

¹⁶⁰ Vide Capítulo I da presente dissertação.

3. Da Prevenção ao Combate: o procedimento.

A análise processual que nos propomos agora efetuar irá remeter-se a nível internacional, pois, como supra referido, existe um vínculo bem delineado, entre os Estados-Membros, para uma prevenção e combate conjunto. Deste modo, explicaremos os contornos que a prevenção e o procedimento penal apresentam no nosso ordenamento, e como não poderia deixar de se mencionar, o acompanhamento da vítima. Urge então verificar qual a resposta que se apresenta para o tráfico de menores.

3.1 A prevenção: o pilar fundamental.

A prevenção, no tráfico de menores, foi assumindo um papel primordial¹⁶¹. O tráfico de menores, tal como o crime de tráfico de pessoas, passou décadas mascarado e a sua prática foi-se tornando cada vez mais recorrente. Este facto é fundamentado com a evolução, a nível legislativo, deste crime. O que verificamos nas presentes páginas desta dissertação é que existiu uma evolução na criminalização do tráfico de menores com a consciencialização das suas repercussões. Com isto, os Estados-Membros foram introduzindo nos seus ordenamentos jurídicos o que se legislava a nível europeu. A mencionada evolução levou a que se concluísse que não bastaria estabelecer normas punitivas para os agentes que executavam o tráfico de menores, mas que era necessário uma prevenção precisa e coerente. Deste modo, procedeu-se à criação de diversas organizações, governamentais e não-governamentais, cujas atividades têm como objetivo final a prevenção do tráfico. Tornou-se também necessário, além da consciencialização da sociedade, no seu geral, que o foco incidisse nos países em desenvolvimento, pois é aqui que a origem do tráfico de menores se expressa de

¹⁶¹ A necessidade de consagrar uma estratégia unitária de prevenção contra o tráfico de menores, para os Estados-Membros, é visível com o *Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças* e a *Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas*.

forma mais significativa¹⁶². O agente que, de forma reiterada, inicia a execução do tráfico nos países em desenvolvimento devido às condições económicas, sociais e educacionais, lida com vítimas facilmente manipuladas. Conjugado este fator com o subdesenvolvimento legislativo e judiciário destes países, encontramos várias circunstâncias de facilitação para que o agente dê início ao tráfico.

Face ao exposto, assistimos a uma intervenção mais assertiva nesta área¹⁶³, que serviu como mote para a criação de organizações governamentais e não-governamentais. Esta criação pautou-se pelas mesmas linhas orientadoras dos instrumentos jurídicos internacionais que foram referenciados anteriormente.

Torna-se necessário ter em conta o caráter de partilha e cooperação que estas organizações possuem entre si. Lógico será que se pressupõe um caráter de independência entre estas, porém a sua atividade é mais eficaz se prosseguida em conjunto. Deste modo, referimo-nos a organizações como o extinto C.A.I.M.¹⁶⁴, A.P.F.¹⁶⁵, A.P.A.V.¹⁶⁶, C.I.G.¹⁶⁷, I.A.C.¹⁶⁸, C.A.P.'S¹⁶⁹, Comissão Nacional de

¹⁶² Neste sentido, MACHADO, Paulo “*Compreender o tráfico de pessoas: do global ao local*”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 – Tráfico Desumano n.º1, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 11.

¹⁶³ Nomeadamente o ponto 6 da *Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas e a Resolução 2001/C283/01, do Conselho da União Europeia*, relativa ao contributo da sociedade civil na busca de crianças desaparecidas e sexualmente exploradas.

¹⁶⁴ Referimo-nos ao projeto Cooperação-Ação-Investigação-Mundivisão, que tinha o seu âmbito de aplicação na prostituição e tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A criação deste projeto deve-se à necessidade de desenvolver um trabalho interinstitucional na adoção de uma atuação e estratégia partilhada no combate ao tráfico e na proteção das vítimas de tráfico. A criação deste projeto, no ano de 2005, contou com a participação do Ministério da Justiça. Além do Ministério da Justiça, este projeto envolveu ainda a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, o Ministério da Administração-Interna, Polícia Judiciária, o Alto-Comissário para a Imigração de Minorias étnicas, a Organização Internacional para a Imigração e a Associação para o Planeamento Familiar. Incidia a sua atividade na implantação de novas metodologias de suporte às necessidades das vítimas. Desde a sua criação que um dos seus objetivos foi a construção de um modelo de sinalização, identificação e integração das vítimas, acrescentando também, a construção de um sistema de motorização. Termina a sua história em 2007, com a criação do Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

¹⁶⁵ A Associação para o Planeamento Familiar foi fundada em 1967, e é uma organização não-governamental. Desde a sua criação que esta possui como objeto uma atividade de apoio à sociedade na tomada de decisões livres e conscientes na vida sexual e promove a parentalidade positiva. A referência a esta organização é motivada por esta centrar a sua atividade nas crianças e adolescentes. A atividade exercida, além de se centrar em menores, é vinculada aos fins sexuais, indo de encontro às ideias expostas *supra*.

Proteção de Crianças e Jovens em Perigo¹⁷⁰, e por fim, o Observatório do Tráfico de Seres Humanos¹⁷¹. As aludidas organizações têm um papel preponderante na

¹⁶⁶ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, fundada em 1990, é um pilar fulcral no apoio à vítima, e no desenvolvimento de fortes campanhas de sensibilização. Esta associação centra a sua atividade na proteção de qualquer vítima, porém, com uma relevância acentuada das mulheres vítimas de violência doméstica. Porém, é também uma protagonista ativa na prossecução da prevenção do tráfico. Esta possui centros de acolhimento para as vítimas que recorrem até ela, incluindo as vítimas de tráfico.

¹⁶⁷ Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género encontra-se organicamente inserida na Presidência de Ministros na Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade. É assim uma organização governamental, que demonstra a importância que o Estado atribui à luta pelos direitos constitucionalmente consagrados e o combate ativo contra a lesão destes. No âmbito do tráfico de pessoas, esta é uma Comissão com notoriedade, pois possui protocolos no que toca à proteção das vítimas, com especial ênfase para os menores que são vítimas de tráfico. Assim, esta Comissão assume o papel estatal de promoção da igualdade de género e de proteção das vítimas de discriminação sexual e violência de género.

¹⁶⁸ Instituto de Apoio à Criança, fundado em 1983, centra toda a sua atividade na proteção das crianças e na promoção dos seus direitos. O vínculo com o tráfico de pessoas aparece com a coordenação do projeto europeu *“European Cross-Actors Exchange Platform For Trafficked Children On Methodology Building For Prevention And Sustainable Inclusion (Catch & Sustain)”* que visa a proteção dos menores, vítimas de tráfico, tal como a habilitação dos profissionais para proteger e identificar menores vítimas de tráfico.

¹⁶⁹ Os Centros de Acolhimento e Proteção para as vítimas de tráfico de menores surgem com os programas nacionais de combate ao tráfico de pessoas. Estes Centros encontram-se ligados à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Assim, a sua atividade passa, não só pela proteção às vítimas de tráfico, mas também pela sensibilização destas para a sua própria situação. Estes Centros acolhem, quando for o caso, os filhos menores das vítimas de tráfico.

¹⁷⁰ Esta Comissão governamental possui um papel fulcral na sinalização das vítimas, pois o nosso ordenamento jurídico apresenta comissões específicas para crianças e jovens considerados em perigo, sendo que, quando estamos face a alguma situação desta índole, estes são reencaminhados para as referidas comissões.

¹⁷¹ O Observatório do Tráfico de Seres Humanos foi um dos principais objetivos do projeto C.A.I.M., e, deste modo, teve origem no ano de extinção deste último, em 2007, através do Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de Novembro, inserindo-se organicamente no Ministério da Administração-Interna. O OT.S.H. herdou o âmbito do seu antecessor, porém, como foi criado após a reforma do C.P. de 2007, o seu âmbito é muito mais alargado. A sua criação coincidiu, também, com o I Plano Nacional contra o T.S.H.. Este Plano apresenta-se inserido na lógica até aqui explanada, ou seja, com o envolvimento de diversas organizações, governamentais e não-governamentais, na prevenção e combate do T.S.H.. Atualmente, o O.T.S.H. tem um papel ativo na prevenção do crime e, paralelamente, recolhe e trata da informação. A recolha, tratamento e difusão da informação e/ou dados é assim realizada a nível nacional e internacional. Mais, o O.T.S.H., para o tratamento desta informação, promove o desenvolvimento de programas que sirvam de suporte para estes dados, que, após serem tratados são utilizados pelo Estado Português a nível Europeu. Por se encontrar inserido organicamente no Ministério da Administração-Interna, apoia as decisões políticas realizadas no âmbito do tráfico de pessoas. Neste momento, encontra-se a cooperar com o III plano nacional de prevenção e combate ao tráfico de pessoas e com o sistema de monitorização, iniciado pelo projeto C.A.I.M.. Outra iniciativa a mencionar é a criação da rede de apoio à proteção de vítimas de tráfico (R.A.P.V.T.), que se iniciou com o projeto C.A.I.M. e se encontra a cargo da C.I.G.. Esta rede de apoio às vítimas distingue-se das anteriores, por a sua atividade ser centrada nas vítimas de tráfico, e nela cooperarem diversas instituições e organizações de modo a que o apoio prestado a vítima seja adequado às suas necessidades.

prevenção que se efetiva a nível nacional, tal como um papel ativo na proteção da vítima. Tendo em linha de consideração o que foi explanado sobre o O.T.S.H., é compreensível que esta seja a organização que esteja na linha da frente quanto à prevenção e à respetiva divulgação. Desde a consciencialização da necessidade de instruir a sociedade sobre o tráfico, o papel da prevenção assumiu uma dupla vertente: a prevenção do tráfico e a sensibilização da sociedade. É entendimento maioritário que é necessário existir um adequado conhecimento deste crime, por parte da sociedade, para que exista uma maior probabilidade de sucesso na prevenção realizada. Isto porque, para que a sociedade, muitas vezes através do comum cidadão, possa interpretar os indícios de tráfico é preciso que esteja familiarizada com os contornos deste crime. Incide, assim, sobre a sociedade um dever de cooperação com estas organizações e com os órgãos de polícia criminal. Esta dupla vertente da prevenção alcança-se através de campanhas de sensibilização, conferências sobre o tema e outro tipo de campanhas de *marketing* e de presença em eventos públicos, que alertam a sociedade para a realidade deste crime. A referida cooperação encontra-se devidamente descrita e a sociedade entra neste circuito de cooperação que existe entre organizações e forças policiais.

Em suma, as duas vertentes mencionadas encontram-se em permanente ligação e apresentam-se ligadas por um vínculo inseparável, uma necessita obrigatoriamente da outra. Deste modo, vincamos o carácter predominante que a prevenção possui do combate ao tráfico de menores. A ação conjunta das organizações referidas tem de ser delineada com o que de seguida vai ser exposto, porém, o que foi referido é sem dúvida um pilar fundamental, tanto a nível nacional como a nível internacional.

3.2 A sinalização das vítimas e a relevância da cooperação judiciária.

Terminada a análise da prevenção do tráfico de menores, importa aludir ao passo subsequente, a sinalização das respetivas vítimas. Antes de nos debruçarmos nesta temática, importa referir a dialética entre as instituições *supra* referidas. Como podemos observar, em sede de tráfico de menores, em especial

no que concerne à vítima, são diversas as organizações, governamentais e não-governamentais, que podem intervir. Cabe neste âmbito, realizar a triagem daquelas que possuem um carácter ativo na sinalização da vítima. Além desta alusão, importa ainda mencionar os indícios da prática do crime, que irão ser analisados e observados pelas entidades competentes, em sede da sinalização que de seguida irá ser aclarada.

Os referidos indícios da prática do crime relevam quanto à vítima, ao crime de tráfico, e, por fim, quanto a características específicas que podem e devem ser divulgadas pelas organizações, *supra* referidas. Deste modo, os principais indícios que se apresentam reiteradamente quando estamos na presença deste crime é, num primeiro prisma, a idade. Torna-se lógico que, quanto mais nova for a vítima, principalmente no tráfico de menores, maior irá ser o lucro do agente com a exploração desta. Assim, o agente a prosseguir a exploração, tanto sexual como laboral, entre outras consagradas, da vítima toma consciência que quanto mais nova ela for, mais lucro obterá e durante mais tempo. O género encontra-se também presente num dos indícios a ter em conta, pois, como já se referenciou, o género da vítima determina em variadíssimas situações qual a exploração a que esta vai ser sujeita. Quando nos encontramos face a uma vítima do sexo masculino, rapidamente a reconduzimos à exploração laboral, a par das vítimas de sexo feminino que se reconduzem, na maior parte das vezes, à exploração sexual. Quanto à vítima, é ainda frequente possuir diversos sinais de abuso, perceptíveis a olho nu. O agente necessita de praticar maus-tratos e de a subjugar para deste modo a continuar a explorar, assim, as consequências físicas encontram-se latentes e são um indício de que se está perante uma vítima de tráfico de menores. Acrescendo à violência de que o menor é vítima, agravam-se as condições em que foi transportado para o seu fatal destino, isto é, a falta de higiene e as condições desumanas no transporte deixam, também elas, graves sinais físicos no menor. Estes são alguns dos indícios, relativos à vítima, que nos demonstram estarmos face a um caso de tráfico de menores. Já quando perspetivamos os indícios deste crime podemos, ainda,

referir a documentação. A vítima de tráfico não possui, por norma, documentação legal para o país em que se encontra, sendo que na generalidade das situações não possui qualquer documentação. Porém, ao possuir, esta é falsa, logo, cabe aos órgãos de polícia criminal a sua averiguação. Outro indício relevante é descobrir o local de origem, nacionalidade ou país de residência habitual da vítima, pois estes locais podem denunciar o crime, e até coincidir com alguma das rotas preestabelecidas do tráfico. Caso não seja possível averiguar a origem do menor, a última localização deste é também um indício, pois, na maior parte das vezes, a última localização conhecida do menor é o local onde este se encontra a ser explorado. As características específicas referidas são as que se verificam mais reiteradamente¹⁷². Importa, deste modo, na prevenção efetuada pelas organizações mencionadas indicar estes indícios, para deste modo sensibilizar a sociedade, visto estarmos face a um crime de natureza pública.

Após evidenciarmos os indícios recorrentes no tráfico de menores, é necessário aludir à dialética entre os órgãos de polícia criminal e as organizações, ou seja, como se obtém a articulação perfeita. Após a verificação dos indícios e visto estarmos face a um crime de natureza pública, este pode ser denunciado por qualquer pessoa aos órgãos de polícia criminal. Assim, quando existe uma suspeita podem ocorrer duas possibilidades: esta é efetuada por profissionais especializados e ocorre logo a sinalização da vítima, ou a suspeita é averiguada por algum cidadão ou profissionais não especializados e devidamente comunicada ao Ministério Público ou aos Órgãos de Polícia Criminal, e então a vítima é sinalizada. Após a sinalização da vítima, esta é desde logo comunicada ao O.T.S.H. e inicia-se o processo de investigação e acompanhamento da vítima¹⁷³. Com a respetiva comunicação ao O.T.S.H. é preenchido pelos Órgãos de Polícia Criminal o Guia Único de Registo e ainda, o Guião de Sinalização por

¹⁷²Neste sentido DANIEL-WRABETZ, Joana, “*A cooperação internacional na prevenção do tráfico de seres humanos*”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 – Tráfico Desumano n.º1, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 47.

¹⁷³ Tal como se demonstra no Sistema de Referência Nacional da responsabilidade da R.A.P.V.T..

as organizações não-governamentais¹⁷⁴. Com este procedimento, concluímos que existe uma clara divisão no que toca à atuação das diversas organizações e que mesmo assim, existe uma real comunicação entre estas.

Relativamente à vítima é necessário ter em conta diversas circunstâncias. Como nos centramos em vítimas menores, estas são reconduzidas para a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Disto se retira que, embora exista o efetivo encaminhamento do menor para esta comissão, tal não implica que não sejam envolvidas outras organizações ou centros de acolhimento. Porém, é necessário efetuar uma triagem quanto à vítima, para que não exista uma carga excessiva nas organizações e ainda para que as vítimas sejam devidamente protegidas consoante as suas necessidades. Realçamos, por último, o período de recuperação e reflexão¹⁷⁵, que é concedido às presumíveis vítimas de tráfico. Durante este período¹⁷⁶, irão conscientemente decidir se irão ou não cooperar com as autoridades e decidir ainda se aceitam as medidas de proteção existentes para a sua condição. Quando nos referimos a menores, que não se encontram acompanhados, visto não possuírem o discernimento de tomar uma decisão por si só, é-lhes logo conferida a devida proteção legalmente consagrada. Nos mesmos moldes aplica-se o Direito à justiça que as vítimas possuem. Porém, este último, irá sofrer “nuances” face ao caso concreto de cada vítima. Lógico será que todas as vítimas terão acesso à justiça e ao que esta acarreta, porém, conforme a sua cooperação e o decorrer da investigação, existe uma modificação de caso para caso. Ponto importante neste caminho é a cooperação ou não da vítima, pois irá sentenciar a investigação.

3.3 A Investigação em sede de tráfico de menores e a vítima.

¹⁷⁴ Neste sentido PENEDO, Rita, “Observando o observador – História de um sistema de monitorização”, Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1 – Tráfico Desumano, n.º1, Cadernos da Administração Interna, 2010, pág. 163.

¹⁷⁵ Conforme *Convenção do Conselho da Europa sobre a ação contra o tráfico de seres humanos*, art. 13º.

¹⁷⁶ No nosso ordenamento jurídico pode chegar a um limite máximo de 60 dias, porém, com uma estipulação internacional de um limite mínimo de 30 dias, conforme art. 111º da Lei 23/2007, de 4 de Julho e art. 6º da Diretiva 2004/81/CE do Conselho de 29 de Abril de 2004.

Aludimos à sinalização da vítima e como esta se efetiva, o que nos remete para o início da investigação¹⁷⁷. Porém, devido à complexidade do crime em causa e aos seus diversos contornos, é notória a dificuldade com que os órgãos de investigação competentes se irão confrontar. A mutação que este crime apresenta leva a que a investigação se pautar por medidas extremas e uma necessidade de cooperação hábil. Sendo este dado de conhecimento internacional¹⁷⁸ e nacional, visto que nos reportamos a criminalidade organizada, a investigação criminal foi consagrada no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos¹⁷⁹. Esta particularidade torna-se compreensível dada a dificuldade de investigação com que as entidades se defrontam, pois, na generalidade dos casos, as vítimas não oferecem cooperação, o que dificulta, ainda mais, a investigação para os órgãos de polícia criminal. Articula-se, ainda, em sede de investigação criminal, as disposições internacionais¹⁸⁰ e as nacionais¹⁸¹. Deste modo, o “*dominus*” desta fase processual é o Ministério Público, com a colaboração da Polícia Judiciária e da Unidade Anti-tráfico de Pessoas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹⁸². Devido à complexidade do crime, a obtenção de prova irá apresentar diversas dificuldades, pois o crime é contínuo, e em diversos países, ou seja, não se restringe a um determinado local ou país, daí o enfoque a

¹⁷⁷ A investigação irá seguir os trâmites contidos no nosso Código de Processo Penal. O Ministério Público inicia a investigação após ter conhecimento da notícia do crime. A par da sua ação, devido ao crime em apreço, inclui-se a cooperação da Polícia Judiciária e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nomeadamente, da sua unidade Anti-Tráfico de Pessoas.

¹⁷⁸ Quando nos reportamos a nível internacional, é necessário mencionar a Eurojust e a Europol. A Eurojust é criada pela Decisão 2002/187/JAI do Conselho, de 28 de Fevereiro de 2002, com o objetivo primordial de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. Deste modo, esta unidade é o órgão da União Europeia que vêm reforçar a preocupação do combate à criminalidade organizada, tal como, na necessidade de atingir esse objetivo com uma cooperação entre os diversos Estados-Membros. Esta é também referida no Tratado de Lisboa no art. 85º, inserida na cooperação judiciária necessária no combate à criminalidade organizada. Já a Europol é instituída pela Decisão 2009/371/JAI que cria, desta forma, o Serviço Europeu de Polícia. A sua inserção recai, da mesma forma, na prevenção, combate e cooperação das entidades competentes, dos vários Estados-Membros, quanto à criminalidade organizada.

¹⁷⁹ Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/III_PL_PREV_TRAF_HUM_2014_017.pdf

¹⁸⁰ Referimo-nos às disposições analisadas no âmbito do II capítulo.

¹⁸¹ Referimo-nos à Lei 5/2002, de 11 de Janeiro.

¹⁸² A diferença, em relação às restantes investigações, é a colaboração do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras através da sua unidade anti-tráfico de pessoas.

nível internacional da cooperação judiciária¹⁸³. Os meios de obtenção de prova encontram-se estipulados no Código de Processo Penal¹⁸⁴, e estão consagrados taxativamente, pois só estes serão admissíveis para a obtenção de prova¹⁸⁵. Relativamente ao elenco mencionado, importa referir certas situações distintas da regra geral que se verifica com a aplicação das referidas normas. O meio de obtenção de prova que é o exame consiste num exame à vítima, tanto físico como psicológico. É necessário proceder com a devida cautela neste campo de atuação, pois tratamos de menores e outras vítimas do flagelo do tráfico, que se encontram num estado físico e psicológico, na generalidade das vezes, deplorável. Deste modo, não nos parece que os exames descritos nas normas enunciadas possam ser realizadas sem o devido consentimento da vítima, ou o responsável por esta quando a vítima seja menor¹⁸⁶. Estes exames, a realizar-se, sem o devido consentimento do responsável pelo menor, poderiam ter consequências negativas para a vítima e dificultar a posterior investigação¹⁸⁷. No caso limite de não existir consentimento ou quem o preste pelo menor, o juiz tem a possibilidade de o ordenar em nome da realização da justiça e da procura da verdade material. Porém, no nosso ponto de vista, até estes argumentos legais podem perder sustentação, pois irão lesar o direito à integridade e intimidade da vítima que se apresenta aqui com uma especial vulnerabilidade em razão da sua idade. No mesmo sentido encontram-se as diretivas a nível internacional, que denotam o rumo de proteção das vítimas com especial vulnerabilidade, tal como é o caso dos menores. A ponderação de bens e direitos a salvaguardar deve ser bem

¹⁸³ No âmbito da cooperação judiciária, a nível internacional importa referir a Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto.

¹⁸⁴ Doravante designado por C.P.P..

¹⁸⁵ O elenco que encontramos no C.P.P. quanto aos meios de obtenção de prova são: os exames, previstos nos arts. 171º a 173º, as revistas consagradas nos arts. 174º e 175º, as buscas nos arts. 176º e 177º, a apreensão nos arts. 178º a 186º e, por fim, as escutas telefónicas nos arts. 187º a 190º, todos do C.P.P..

¹⁸⁶ No mesmo sentido, afigura-se a remissão do art. 172º n.º 2 para os arts. 154º e 156º n.ºs 6 e 7 do C.P.P..

¹⁸⁷ Referimo-nos às vítimas de tráfico que se encontram fragilizadas. Realizar o exame, sem o consentimento da vítima ou do seu responsável/representante, pode levar a que a vítima se ressentia, ainda mais se considerarmos o que passou com o agente no decurso do tráfico. No mesmo sentido encontramos o art. 7º da Lei 130/2015, de 4 de setembro e os pontos 8 e 18 da Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011.

refletida, pois encontramos-nos em sede de direitos fundamentais e invioláveis, com especial destaque a nível internacional.

Nas revistas, buscas e apreensões deparamo-nos com uma situação idêntica à *supra* evidenciada. O crime que temos vindo a abordar implica uma investigação em diversos locais, pois não se reconduz a um só, dificultando muitas vezes o trabalho dos órgãos de polícia criminal. Consequentemente, e perante todas estas circunstâncias, é necessário que a investigação do crime seja efetuada por profissionais com sensibilidade profissional e técnica para este crime. Quanto às buscas domiciliárias é importante referir que existe um regime excecional para o tráfico. Ou seja, temos as regras gerais de aplicação deste meio de obtenção de prova, porém, este preceito¹⁸⁸ consagra uma exceção para certas circunstâncias, sendo uma delas quando o crime é praticado no âmbito da criminalidade altamente organizada¹⁸⁹. Para concluir o elenco dos meios de obtenção de prova, resta-nos aludir às escutas telefónicas. Este meio de obtenção de prova difere dos restantes devido ao seu carácter oculto que por si só é um regime excecional, não utilizado de modo rotineiro. Assim, este meio de obtenção de prova só poderá ser requerido ao juiz durante a fase do inquérito, com as condicionantes descritas na respetiva norma. Porém, também aqui encontramos um regime excecional para o tráfico¹⁹⁰, visto estarmos face à criminalidade organizada, este irá ser aplicado, nos mesmos moldes que foi explicitado anteriormente¹⁹¹.

No decurso dos trâmites processuais demonstra-se necessário referir as medidas de coação e os meios de prova. Desta forma, tal como sucedeu com os meios de obtenção de prova, encontra-se consagrado no C.P.P., um elenco de

¹⁸⁸ Referimo-nos ao art. 177º C.P.P..

¹⁸⁹ Art. 177º n.º 2 alínea a) C.P.P..

¹⁹⁰ Art. 187º n.º 2 alínea a) C.P.P..

¹⁹¹ A título complementar aos meios de obtenção de prova, importa mencionar a Lei 101/2001, de 25 de agosto, que se reporta às ações encobertas. Este meio é aplicável ao tráfico por força do art. 2º alínea e) da presente lei. Deste modo, a finalidade das ações encobertas passa pela prevenção e a investigação criminal. Estas necessitam ser desenvolvidas por funcionários de investigação criminal, ou, então, por terceiro sob o controle dos órgãos de polícia criminal, com a ocultação da sua identidade. Os requisitos para a aplicação desta lei encontram-se consagrados no art. 3º.

medidas de coação a aplicar ao arguido¹⁹². Estas possuem um carácter intemporal, pois podem verificar-se ao longo de todo o processo e encontram-se dependentes de despacho do juiz. Quanto ao crime que estamos a retratar, e por este se encontrar inserido na criminalidade altamente organizada, em sede da medida de coação de prisão preventiva este será um facto a ter em conta. Isto pois o art. 1º alínea m) do C.P.P., dispõe sobre o que se encontra inserido na criminalidade altamente organizada. Sendo que o tráfico se insere aqui, e analisando o preceito da prisão preventiva, iremos perspetivar que se encontra preenchido um dos requisitos para a aplicação desta medida de coação¹⁹³. Deste modo, averiguamos que o tráfico preenche o referido requisito na medida de coação mais grave que se encontra no nosso ordenamento jurídico, ou seja, que priva o arguido da sua liberdade.

Por fim, quanto aos meios de prova¹⁹⁴, tomando em consideração a complexidade do tráfico e as circunstâncias em que este ocorre, é deduzível que os meios de prova com maior relevo sejam a prova testemunhal e a prova documental. No tocante à prova testemunhal, esta surge como o principal meio de prova em sede de tráfico, porém, é um meio de prova muito incerto e vulnerável, devido às situações por que a vítima passou, esta poderá adotar comportamentos imprevisíveis. Porém, este é o melhor meio de prova que se pode obter em sede de tráfico, sendo por isso necessário que os profissionais estejam altamente preparados para interagir com estas vítimas, vindo para além do seu medo e confusão, ultrapassando, muitas vezes, a barreira linguística. Já a prova documental, é do mesmo modo relevante, porém também complicada de obter. Este meio de prova, em sede de tráfico, centra-se em obter, por exemplo,

¹⁹² O elenco de medidas de coação centra-se do art. 196º ao art. 202º. Respetivamente, termo de identidade e residência, a caução, a obrigação de apresentação periódica, a suspensão do exercício de profissão, de função, de atividade e de direitos, a proibição e imposição de condutas, a obrigação de permanência na habitação e, por fim, a mais grave por ser a que priva o arguido da sua liberdade, a prisão preventiva.

¹⁹³ Art. 202º n.º 1 alínea c) do C.P.P..

¹⁹⁴ Os meios de prova constantes no C.P.P. são a prova testemunhal, a prova por acareação, a prova por reconhecimento, a reconstituição do facto, prova pericial e, por fim, a prova documental.

os documentos de identificação falsificados das vítimas ou os extratos bancários dos agentes, que muitas das vezes repercutem o lucro da exploração da vítima.

Nunca será demais lembrar os Direitos presentes na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* e na *Convenção dos Direitos das Crianças*, pois estes são intemporais, na mesma medida que é a sua aplicação. As disposições referidas centram o elenco geral e básico dos direitos invioláveis, tal como foi anteriormente analisado. Da mesma forma que diversas disposições subsequentes iniciaram uma proteção mais centrada nas vítimas de tráfico¹⁹⁵. Notória revela-se a proteção especial das crianças, pois estas possuem um caráter mais vulnerável e deste modo, necessitam de medidas de proteção ajustadas às suas necessidades. Realça-se ainda no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos uma área específica: Proteger, Intervir e Capacitar¹⁹⁶.

Ao longo da investigação são vários os contextos¹⁹⁷ em que a vítima se pode encontrar, pois cada vítima é distinta, o que irá ter repercussões no seu comportamento durante a sinalização e a investigação. É necessário ter em linha de conta os contornos, não só físicos, mas também emocionais e psicológicos que cada vítima apresenta. Como estamos na presença de menores, é necessário redobrar o cuidado. É necessário cumprir determinadas regras pré-estabelecidas, sendo estas que todas as vítimas de tráfico devem ser constituídas como tal, não devem ser tratadas como criminosas e, por fim, não devem ser tratadas somente como uma fonte de prova. É necessária uma cooperação destas para que a investigação produza frutos, pois ninguém se encontra mais interessado em que o

¹⁹⁵ Referimo-nos à *Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional*, *Diretiva relativa à Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e à protecção das Vítimas* e à *Convenção de Palermo*. A generalidade dos direitos de proteção aqui consagrados são de natureza discricionária.

¹⁹⁶ Este plano apresenta as seguintes medidas: reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas, promover uma maior capacitação das vítimas e, por fim, aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de vitimização secundária.

¹⁹⁷ Referimo-nos à vitimização primária e secundária da vítima. Quanto à primeira prende-se com os sentimentos decorrentes da experiência traumática como o medo, desorientação e a desconfiança. Já quando nos remetemos à segunda, esta evidencia-se quando não é prestado o devido apoio ou quando a vítima não tenha sido devidamente acompanhada pelas entidades competentes.

agente seja punido, do que a própria vítima. Porém, não podemos colocar este objetivo em primeira linha, é necessário estabelecer o equilíbrio entre o tratamento a proporcionar à vítima e a sua cooperação (voluntária). Neste sentido, é necessário fornecer à vítima informações relevantes sobre o procedimento criminal, para que esta se sinta segura, tal como apoio psicológico, que para nós é imprescindível¹⁹⁸.

A preocupação patente a nível internacional com as vítimas resultou na redação do Estatuto da Vítima em Processo Penal que encontra no nosso ordenamento jurídico a respetiva consagração¹⁹⁹. Deste modo, ao longo de todo o processo penal, a vítima deve ser tratada como disposto no seu estatuto, devendo a atuação policial pautar-se pelo respeito por aquelas normas. Salientamos o art. 22º do respetivo estatuto, que enfatiza os direitos da vítima menor, pois é necessário ter em conta o seu superior interesse e, acrescendo a este, a sua intrínseca vulnerabilidade. Além do Estatuto da Vítima, poderemos evidenciar diversas medidas de proteção, no decorrer da investigação, sendo que a que possui maior relevo é a concessão de autorização de permanência no território nacional²⁰⁰. Desta forma, existe uma articulação quanto aos dois instrumentos jurídicos mencionados, um no sentido temporário e outro no definitivo. O primeiro instrumento mencionado, “*entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional*”, dispõe de uma subsecção específica para os casos de tráfico de pessoas, e harmoniza as autorizações concedidas às vítimas para permanecerem no território nacional. Daqui resulta que é necessário o preenchimento de certos requisitos para esta autorização, e que esta se demonstra temporária (art. 109º da Lei 23/2007 de 4 de Julho). Assim, verificamos que esta permanência temporária remonta ao pedido temporal de recuperação dos traumas sofridos e o período de reflexão (art. 111º da Lei 23/2007, de 4 de julho). Visto

¹⁹⁸ Em conformidade com o que se encontra estipulado no Estatuto da Vítima em Processo Penal consagrado na Lei 130/2015, de 4 de setembro.

¹⁹⁹ Lei 130/2015 de 4 de Setembro.

²⁰⁰ Esta disposição e regulação encontram-se na Lei 23/2007, de 4 de julho, e DL 368/2007, de 5 de novembro.

que as vítimas são menores encontra-se disposto²⁰¹ que a aplicação das normas²⁰² se pautam, em primeira linha, pelo superior interesse da criança. Acrescentando, ainda, que, no decurso desta concessão, o menor tem os mesmos direitos educacionais que os menores do país de acolhimento possuem²⁰³. O segundo instrumento jurídico mencionado²⁰⁴ é relativo à “*concessão de autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima do crime de tráfico de pessoas*”, de forma definitiva. Assim, tem por base o que foi *supra* mencionado, e releva somente para as vítimas de tráfico, na medida que lhes é concedida esta autorização sem necessidade de averiguação da necessidade da vítima continuar em território nacional no interesse da investigação em curso e prescinde da colaboração clara para com os órgãos de investigação criminal. O que se analisa, para a aplicação deste instrumento, são as circunstâncias pessoais da vítima, sendo que a estas se reconduzem a sua segurança, e a dos seus familiares, a sua saúde, situação familiar, e, por fim, a outras situações de vulnerabilidade que se possam apresentar²⁰⁵. Por fim, quando assistimos à aplicação da concessão da autorização mencionada teremos que reintegrar as vítimas. No presente caso, é necessário reintegrar os menores no quotidiano escolar, não descurando do apoio persistente à sua saúde, tanto física como psicológica²⁰⁶.

Com o decurso do processo penal, nomeadamente finda a investigação, e caso estejamos face a uma situação em que a vítima presta a sua cooperação aos órgãos de polícia criminal, poderemos estar perante uma circunstância de proteção de testemunhas²⁰⁷. A proteção de testemunhas²⁰⁸ irá ser aplicada quando se evidencie uma situação em que a “*vida, integridade física ou psíquica, liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado sejam postos*

²⁰¹ Art. 114º da Lei 23/2007, de 4 de julho.

²⁰² Referimo-nos à aplicação das normas de autorização de residência a vítimas de tráfico.

²⁰³ Art. 114º n.º 3 da Lei 23/2007, de 4 de julho.

²⁰⁴ DL 368/2007, de 5 de novembro.

²⁰⁵ Artigo único n.º 2 do DL 368/2007, de 5 de novembro.

²⁰⁶ Conforme art. 11º da Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011.

²⁰⁷ Por aplicação do art. 67º-A, n.º 1, alínea b) do C.P.P., estamos perante uma vítima especialmente vulnerável, em razão da sua idade.

²⁰⁸ Lei n.º 93/99 de 14 de julho.

em perigo por causa do seu contributo para a prova dos factos que constituem objecto do processo.”²⁰⁹. Porém, quanto às vítimas menores, esta proteção irá ser sempre aplicada, sem a verificação da situação *supra* referida, por razões de vulnerabilidade, nomeadamente em razão da idade²¹⁰. Trata-se contudo de um regime excecional, pois a presente lei aplica-se em casos-limite, e não pode ser aplicada como regra geral no âmbito do processo penal. A presente lei apresenta assim medidas de proteção²¹¹ para a vítima, sendo que algumas representam um desvio aos princípios basilares do Direito processual penal em nome da especial vulnerabilidade da vítima e das circunstâncias em que esta se encontra. Porém, quanto às vítimas de que estamos a tratar, é feita menção específica à possibilidade da aplicação de medidas suplementares. Desta forma, as vítimas, adquirindo o papel de testemunha, em situações de especial vulnerabilidade²¹² poderão ser abrangidas por medidas como: apresentarem-se acompanhadas por um técnico de serviço social ou outra pessoa habilitada para tal²¹³, intervir no inquérito e nas fases subsequentes²¹⁴, uma visita prévia²¹⁵ e, por fim, ao afastamento temporário²¹⁶. Realça-se, assim, a proteção bem definida que existe perante vítimas menores, e como a lei se encontra articulada para a salvaguarda do menor. Enquadrada na prova testemunhal encontra-se a faculdade das declarações para memória futura²¹⁷. Estas declarações²¹⁸ consistem na inquirição da testemunha se realizar no âmbito do inquérito com o intuito de que estas possam ser tomadas em conta no julgamento, contrariando, assim, a regra geral

²⁰⁹ Art. 1º, n.º 1, da Lei 93/99 de 14 de julho.

²¹⁰ Art. 1º, n.º 3, da Lei 93/99 de 14 de julho.

²¹¹ Como a reserva do conhecimento da identidade da testemunha; a ocultação de imagem; a distorção de voz; o recurso a teleconferência; a indicação no processo de morada diferente da habitual; o transporte em viatura fornecida pelo Estado; a possibilidade de esperar em sala especial; a protecção policial; e a concessão de moratória, constantes no DL 190/2003, de 22 de agosto.

²¹² Art. 26º da Lei 93/99, de 4 de julho.

²¹³ Conforme art. 27º da Lei 93/99, de 4 de julho.

²¹⁴ Art. 29º da Lei 93/99, de 4 de julho.

²¹⁵ Art. 30º da Lei 93/99, de 4 de julho.

²¹⁶ Art. 31º da Lei 93/99, de 4 de julho.

²¹⁷ Art. 271º do C.P.P..

²¹⁸ Por requerimento do Ministério Público, assistente, arguido e partes civis.

do princípio da imediação. Deste modo, esta regra excecional foi alargada às vítimas de tráfico, devido ao caráter violento e gravoso que este crime apresenta.

Nota final, no elenco de medidas de proteção da vítima, encontramos a indemnização devida a vítimas da criminalidade organizada. A regulação desta matéria iniciou-se a nível internacional²¹⁹ alinhando a concessão de indemnização com a cooperação judiciária, para que, deste modo, o Estado-Membro em que o crime foi praticado e o Estado-Membro de residência habitual da vítima se coordenem. Nos presentes casos, torna-se usual proceder a uma distinção entre indemnização e restituição, devido às suas utilizações enquanto sinónimos, quando na prática estas se distinguem. Deste modo, a indemnização é vista como um meio de compensar a vítima por aquilo que passou no decurso do crime, por outro lado, a restituição cinge-se à tentativa de colocar a vítima na situação em que estaria se o crime não tivesse ocorrido²²⁰. Face ao explicitado cingir-nos-emos à indemnização, pois é aqui que se verte a presente situação. Iremos assim proceder a uma compensação, à vítima, pelos danos que sofreu no decurso da prática do crime. Evidentemente, a concessão desta indemnização não irá erradicar da vítima as vivências do crime, porém, é uma forma de a compensar e de lhe possibilitar um futuro mais digno, ou seja, uma reintegração social²²¹. O pedido de indemnização civil deve ser solicitado pela vítima, tanto no âmbito do processo penal²²², como fora do âmbito do processo penal²²³, e contra o Estado²²⁴. Deste modo, o pagamento do respetivo pedido irá ser suportado pelo agente ou pelo Estado. Quando se verifique a situação de o agente possuir bens ou rendimentos, este irá suportar o valor da respetiva indemnização à vítima. Porém, quando o agente não possui bens ou quaisquer rendimentos, a

²¹⁹ Diretiva 2004/80/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004.

²²⁰ ONU, “*Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal, Módulo 13: A indemnização das vítimas de tráfico de pessoas*”, Ministério da Administração Interna, Lisboa, 2010.

²²¹ Idem.

²²² A vítima requer indemnização civil por danos patrimoniais e morais, com fundamento no art. 71º do C.P.P., que se apensa ao processo penal.

²²³ Quando não se requereu o pedido de indemnização no âmbito do processo penal a correr termos, este terá de ser requerido em separado nos termos do art. 72º C.P.P..

²²⁴ Com fundamento na Lei 104/2009, de 14 de dezembro.

indenização terá de ser suportada por financiamento público, ou seja, pelo Estado²²⁵. Por fim, constatamos que no nosso ordenamento jurídico se salvaguarda corretamente, nos trâmites definidos internacionalmente, a indenização à vítima.

Finalizando o presente capítulo, verificamos que o nosso ordenamento jurídico acautela de modo significativo a proteção dos menores. Como foi anteriormente aludido, a proteção ao menor, enquanto vítima no decurso do crime e enquanto sujeito processual, encontra-se expressamente delineada a nível internacional, sendo que o nosso ordenamento jurídico segue estas pisadas. Evidentemente que existe sempre espaço para novas consagrações legais num sentido evolutivo, se privilegiarem a proteção do menor e acautelarem, do mesmo modo, as suas necessidades. Quanto ao dissertado a nível processual, encontramos disposições especiais e excecionais para as situações de tráfico e para as suas vítimas. Os pilares da luta contra o tráfico de menores encontram-se corretamente individualizados, desde a consciencialização do tráfico de menores, passando pela sua prevenção, o seu efetivo combate, e por fim, as medidas necessárias para a proteção e indenização dos milhares de vítimas lesadas. Do mesmo modo que evidenciamos a criação e atuação de diversas organizações neste âmbito. Porém, o tráfico de menores continua a ser praticado, sem precedentes. Que falha é que necessita de ser colmatada? A única certeza de que poderemos estar cientes é que nunca cessarão esforços enquanto uma única criança se encontrar a ser vítima de tráfico. Até lá procuremos melhorar as soluções para o seu combate.

²²⁵ ONU, “Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal, Módulo 13: A indenização das vítimas de tráfico de pessoas”, Ministério da Administração Interna, Lisboa, 2010. Ainda neste sentido, ponto 19 da Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril de 2011.

Capítulo IV - Os Refugiados e o Tráfico de Menores.

*“Está gente a morrer agora mesmo em qualquer lado
Está gente a morrer e nós também”.*
Manuel Alegre

O atual desassossego político-social que tem marcado as agendas internacionais reconduz-se à crise dos refugiados²²⁶. Certo é que os refugiados não se apresentam como um fenómeno novo para a comunidade internacional. Este fenómeno encontra-se intrinsecamente conexo às guerras e à instabilidade político-social que leva a que os nacionais abandonem o seu país em busca de proteção e melhores condições de vida. Desde os primórdios da civilização que existem conflitos com os mencionados corolários, que acabam por originar uma legião de refugiados. A própria denominação de refugiados, tal como os contornos dos conflitos armados, apresenta uma grande evolução com o passar do tempo, tal como se sucedeu com o tráfico de menores. Evidenciamos que a comunidade internacional sempre esteve familiarizada com os refugiados, porém, as soluções a adotar nunca necessitaram de ser tão drásticas como as que urgem ser praticadas atualmente. No ano de 1946 foi criada a Organização Internacional dos Refugiados²²⁷ com o intuito de *“registar, proteger, instalar e repatriar refugiados.”*²²⁸. Na continuidade da maré legislativa²²⁹ foi aprovada, no ano de

²²⁶ Segunda a Convenção de Genebra de 1951, entende-se por refugiado qualquer pessoa que: *“em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar”*.

²²⁷ Criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

²²⁸ Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, ficha informativa n.º 20, Nações Unidas, *“Direitos Humanos e Refugiados”*. Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_20.pdf.

²²⁹ A Resolução 319-A, de 3 de Dezembro de 1949 da Assembleia Geral criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que foi instituído em 1 de Janeiro de 1951, como órgão subsidiário da Assembleia Geral.

1951, a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados²³⁰. Através da análise da figura jurídica do refugiado concluímos que o âmbito de aplicação da Convenção de Genebra só abrangia as pessoas que se tornaram refugiadas até à data da sua elaboração²³¹. No decorrer do ano de 1967 foi redigido o Protocolo de Nova Iorque²³² relativo ao Estatuto dos Refugiados. Este Protocolo surgiu para alargar o âmbito de aplicação da convenção aos “novos refugiados”, ou seja, só os refugiados que adquiriram este estatuto posteriormente ao ano de 1951²³³. Os presentes instrumentos jurídicos foram criados para fazer face à lesão da dignidade humana no país de origem do refugiado, tentando-se, deste modo, alcançar a proteção dos direitos humanos consagrados internacionalmente²³⁴.

A nível interno, além das convenções e protocolos *supra* mencionados, e ratificados por Portugal, importa mencionar o regime jurídico em matéria de asilo e refugiados²³⁵. O S.E.F. é a entidade, a nível interno, com competências de fiscalização fronteiriça e da atividade e permanência de estrangeiros em território nacional²³⁶. O S.E.F. apresenta-se como a entidade com competência para a instrução dos procedimentos de asilo, sendo que é o seu diretor que irá decidir sobre a aceitação ou recusa dos pedidos de asilo²³⁷. Assim, o regime jurídico

²³⁰ A presente redação foi antecedida por uma recomendação formulada pela Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

²³¹ É necessário proceder à distinção de refugiados e imigrantes, sendo que estes últimos abandonam o seu país em busca de uma vida melhor, a nível laboral, económico e social. Não podem ser considerados refugiados nem se sujeitar ao seu regime jurídico.

²³² Protocolo de Nova Iorque, de 31 de Janeiro de 1967, adicional à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra em 28 de Julho de 1951. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/conv-genebra%20protocolo%201967.htm>.

²³³ Este Protocolo surgiu da necessidade de proteger as novas vagas de refugiados que continuaram a surgir no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

²³⁴ No mesmo sentido o Estatuto da Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), nomeadamente art. 8º, Regulamento 428 (V) da Assembleia das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950.

²³⁵ Aprovado pela Lei 15/98, de 26 de março.

²³⁶ Segundo o art. 4º da Lei 15/98, de 26 de março.

²³⁷ Sobre o pedido de asilo importa referir a Declaração sobre o asilo territorial, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 14 de dezembro de 1967 [Resolução N.º 2312 (XXII)] e o art. 33º n.º 2 da C.R.P..

dispõe de uma secção vocacionada para situações de especial vulnerabilidade, onde se inserem os menores, em razão da sua idade²³⁸.

A evolução política a nível internacional implicou mudanças drásticas no tocante aos limites territoriais. Atualmente na Europa não existe controlo nas fronteiras internas, estamos pois perante o designado Espaço Schengen²³⁹. A circulação de cidadãos e mercadorias passou a ser efetuada de forma livre e sem controlo. Desta forma compreendem-se os esforços internacionais de cooperação entre Estados-Membros. A abolição do controlo interno originou a responsabilidade compartilhada de manter a segurança do referido espaço Schengen e a partilha da fronteira externa. No que concerne aos refugiados, uma vez abolidas as fronteiras internas, torna-se impraticável operar um controlo quanto à passagem de fronteiras entre os Estados-Membros, ou mesmo controlar os itinerários dos refugiados. Com a crise de refugiados sírios que assola a Europa²⁴⁰, evidenciou-se a impraticabilidade de implementar medidas de prevenção, controlo e faseamento para os refugiados. A Europa nunca tinha sido colocada face a uma crise desta magnitude. Face ao atual estado desta denominada crise tem-se evidenciado a necessidade de se proceder a uma reforma legislativa ou administrativa para conseguir lidar com crises desta magnitude. As consequências, da presente crise dos refugiados, encontram-se à vista: um descontrolo total nas fronteiras internas e externas da Europa.

Os menores, dada a sua vulnerabilidade, necessitam de ser salvaguardados na catástrofe que assistimos. Se orientarmos o nosso pensamento para o conflito armado²⁴¹, verificamos que este é uma preocupação internacional já bem patente²⁴² e devidamente aprofundada. Consequentemente é notória a

²³⁸ Referimo-nos à Secção II da Lei n.º 15/98, de 26 de Março.

²³⁹ Referimo-nos à medida de abolição do controlo das fronteiras internas de 1985. Este Espaço traduz-se numa livre circulação de cidadãos como de mercadorias entre 26 Países (22 dos quais são Estados-Membros da União Europeia).

²⁴⁰ MARCELINO, Patrícia, *“A “Primavera Árabe” e o fluxo de Refugiados para a União Europeia: Comunicação num cenário de crise”*, Instituto da Defesa Nacional, pág. 63, 2012.

²⁴¹ Os refugiados não surgem somente de conflitos armados, porém, esta origem é a mais usual.

²⁴² Referimo-nos ao *Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados*.

preocupação contínua na proteção dos menores, enquanto vítimas de um conflito armado.

Relativamente à aquisição do estatuto de refugiado poderemos dividir esta questão em dois vértices²⁴³.

Assim, num vértice da questão temos a proteção temporária, por outro lado, teremos o estatuto de refugiado. Cumpre assim explicitar que situações específicas, como por exemplo catástrofes naturais ou graves conflitos armados, em que grupos massivos de cidadãos abandonaram o seu país de origem, não configuram uma situação que se reconduza à aquisição do estatuto de refugiados. Quando estas duas circunstâncias ocorrem, estes não irão iniciar o processo para aquisição do estatuto de refugiados, pois os Estados-Membros decidiram aplicar um outro procedimento, em que a proteção concedida seja temporária, com uma duração não superior a 2 anos, porém abrangente quanto à concessão de direitos²⁴⁴. O fundamento para este procedimento, nas circunstâncias descritas, surgiu do princípio de “responsabilidade partilhada” entre os diversos Estados-Membros, norteador pelas condições económicas e sociais de cada um.

O outro vértice da questão centra-se no procedimento para a aquisição do Estatuto de Refugiado. Este não é adquirido de forma automática, é, assim, necessário iniciar um procedimento²⁴⁵ para as entidades competentes averiguarem a sua admissão ou não. Em caso negativo, obviamente o interessado deverá retornar ao seu país. Caso o pedido seja aceite, o interessado irá adquirir o estatuto de Refugiado²⁴⁶.

Importa ainda refletir sobre se a atual crise se prende somente com os refugiados. Todos os dias entram na Europa milhares de pessoas, supostamente

²⁴³ Iremos analisar a concessão de proteção temporária, prevista na Lei 63/2003 de 23 de agosto, e a aquisição do Estatuto de Refugiado, constante da Lei 15/98 de 26 de março.

²⁴⁴ Referimo-nos ao direito de integração, tal como, ao direito de título de viagem, à aplicação da Convenção de Genebra e ao direito de reagrupamento familiar.

²⁴⁵ O procedimento inicia-se com o pedido, por parte do interessado, ao S.E.F. ou a qualquer outra entidade policial. Porém o processo será sempre analisado e remetido para o S.E.F.. Será este que irá, posteriormente, deferir ou não o pedido. Enquanto o interessado aguarda a decisão, é reencaminhado para o Conselho Português de Refugiados.

²⁴⁶ O procedimento referido consta da Lei 15/98, de 26 de março.

para fugir à guerra civil síria, porém, como se pode comprovar isto? Não estaremos face à Imigração Ilegal ou ao Tráfico de Menores? Não está a crise dos refugiados a camuflar estes crimes? Que solução poderá adotar a União Europeia?

Como aludido, esta é uma crise sem precedentes. Não existe controlo fronteiriço interno, somente na fronteira externa, e mesmo este controlo torna-se insuficiente face a este flagelo. Como poderemos fazer a distinção entre um refugiado e uma vítima de tráfico de menores? Ambas carecem, a título de exemplo, de documentação que comprove o seu país de origem²⁴⁷. A comunidade internacional encontra-se focada em todas as questões apontadas que perspetiva a possibilidade de a criminalidade organizada traficar menores²⁴⁸. Assim, existem recomendações a nível de cooperação judiciária²⁴⁹, pois é necessário que esta cooperação esteja sensibilizada para a diferença entre o fenómeno dos refugiados e o do tráfico de menores. Deste modo, com a crise evidenciada, as autoridades não conseguem pôr em prática as boas condutas para realizar esta distinção. O que se sucede, na realidade, é que as entidades policiais, com competências transfronteiriças, não conseguem suportar o esforço que as vagas rotineiras de milhares de refugiados requerem. As entidades competentes simplesmente acabam por deter erradamente refugiados, ou nem sequer prestar o devido cuidado para se aperceberem em que situação se encontram: um mero refugiado, uma vítima de tráfico ou mesmo um traficante. Acresce que, neste momento, as vítimas já se encontram coagidas pelo agente, no decorrer da viagem.

A Europol emitiu um aviso²⁵⁰ para a possibilidade, cada vez mais evidente, de as redes de criminalidade altamente organizada estarem a traficar

²⁴⁷ Além da característica documental, poderemos indicar também os maus tratos.

²⁴⁸ Conforme avisos emitidos pela Europol.

²⁴⁹ Já analisados no Capítulo II da presente dissertação.

²⁵⁰ Também a Unicef emitiu um aviso no mesmo sentido. Os mencionados avisos encontram-se disponíveis em: https://www.unicef.pt/18/site_pr_unicef-meio_milhao_de_crianças_refugiadas_e_migrantes_arriscaram_tudo_as_maos_de_traficantes-2016_09_02.pdf e https://www.theguardian.com/world/2016/jan/30/fears-for-missing-child-refugees?CMP=share_btn_tw.

crianças refugiadas²⁵¹. Parece-nos lógica a escolha, por parte do agente, destas vítimas. Muitas crianças encontram-se sozinhas ou abandonadas, tornando-se ainda mais vulneráveis perante o agente. Consta da presente declaração²⁵² que o desaparecimento de um elevado número de crianças, muito provavelmente já inseridas nas redes de tráfico, prende-se com as finalidades de exploração sexual, laboral e de mendicidade. Torna-se complicado apresentar dados concretos destes desaparecimentos, pois o número de refugiados a chegar ao continente europeu tem sido de tal forma desmesurado que não tem sido possível às entidades competentes realizar registos completos. Assim, torna-se ainda mais proveitoso para os traficantes continuar com o tráfico, pois torna-se mais complicado conseguir rastrear as vítimas. É aqui que se levanta a questão de uma possível mudança a nível de controlo de fronteiras. É uma questão que se encontra aberta na agenda política internacional. Se efetivamente existisse um controlo fronteiriço interno, seria mais complicado para o agente realizar a passagem das fronteiras. Urge, assim, uma resposta pronta e eficaz da U.E. quanto a esta questão. Não só quanto à questão territorial, mas também quanto à questão da proteção dos refugiados. Irão estes adquirir o Estatuto de Refugiados ou, invés, uma proteção temporária? Importa apresentar medidas práticas e rápidas para o controlo deste flagelo que assegurem uma efetiva proteção das vítimas do tráfico e dos refugiados. Ao lado disto, importa, ainda, dotar as entidades competentes de conhecimentos e mecanismos suficientes para a distinção da Imigração Ilegal do Tráfico de Menores.

Concluimos esta sumária análise com alusão a possíveis modificações, ora vejamos.

Uma das modificações que se pretende alcançar é a colmatação da visível falta de capacidades das entidades *supra* referidas. Neste âmbito, será necessário repensar se as entidades que se encontram no ativo serão suficientes, ou se os seus meios serão os adequados. Uma aposta vocacionada para dotar as referidas

²⁵¹ A referência quantitativa ronda cerca de dez mil crianças desaparecidas.

²⁵² Declaração disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/portugal-pode-ser-destino-para-menores-sirios-raptados-5008342.html>.

entidades de capacidades identificadoras de situações de tráfico torna-se imprescindível, tal como os seus métodos de tratamento com as vítimas de tráfico como com os refugiados. No final de contas, serão estas entidades que irão ter o primeiro contacto com o agente e as suas vítimas.

Uma outra modificação centra-se em ponderar numa modificação no tocante às fronteiras internas dos Estados-Membros em contextos de crise como a que evidenciamos. Demonstra-se demasiado penoso um retrocesso quanto ao controlo interno, como ocorria antes do espaço Schengen, porém é necessário proceder a uma medida temporária, relativamente ao controlo interno da Europa. Poderemos, no nosso entender, alargar esta nota crítica para as disposições relativas aos refugiados. Não será que estas se demonstraram, agora, ultrapassadas? As disposições ditas fundamentais remontam à antecedência da Segunda Guerra Mundial e aos anos imediatamente posteriores a esta, em que as circunstâncias eram no seu global totalmente díspares. Com o passar dos anos parece-nos pertinente questionar se continua a fazer sentido a aplicação e a *ratio* destas disposições internacionais; ou mesmo se estas se encontram em consonância com as situações que hoje se apresentam. É necessário analisar adequadamente as disposições que possuímos e colmatar as necessidades que surgem com a entrada de grupos massivos de refugiados no continente europeu. Ou seja, *“O mundo precisa de chegar a um acordo sobre a melhor maneira de prevenir novos fluxos de refugiados. Devem estudar-se e corrigir-se as causas principais de tais situações”*²⁵³.

Relativamente aos menores, será que as disposições consagradas a nível interno²⁵⁴, embora enquadradas em secções próprias de salvaguarda de questões de vulnerabilidade, são suficientes para a devida proteção? Não basta dispor sobre a competência do Estado-Membro para aplicar medidas de proteção, quando os menores se encontram a ser traficados a todo o minuto.

²⁵³ Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, ficha informativa n.º 20, Nações Unidas, *“Direitos Humanos e Refugiados”*, 2002, pág. 26.

²⁵⁴ Referimos, por exemplo, à Lei 15/98 de 26 de março.

Considerações Finais

Terminada a presente dissertação cumpre referir algumas notas conclusivas quanto ao que nos propusemos analisar.

Iniciamos a presente dissertação com o enquadramento histórico, tanto do tráfico de pessoas como do tráfico de menores, para que se tornasse perceptível a evolução ocorrida ao longo do tempo destes dois crimes. Do mesmo modo, demonstrou-se relevante elencar diversos instrumentos jurídicos internacionais e o quadro normativo de alguns Estados-Membros da U.E., para enquadrar o cerne da elaboração deste trabalho: uma análise das especificidades do tráfico de menores no ordenamento jurídico português e o respetivo enquadramento internacional e europeu.

As especificidades do tráfico de menores a que aludimos prendem-se com a complexidade que este crime acarreta. Basta-nos relembrar os crimes adjacentes ao tráfico de menores tal como o procedimento de combate a este crime. O tráfico de menores apresenta-se de tal forma como um crime complexo que o referido procedimento tem como pilar fundamental a prevenção e a cooperação de diversos organismos e entidades competentes para o seu combate.

Certo é que levantamos diversas questões, nomeadamente, o concurso de crimes, a questão dos refugiados e a análise comparativa de outros ordenamentos jurídicos relativamente ao tráfico de menores. Porém, a nossa intenção não é impor uma solução mas sim ser parte das vozes que constroem respostas. Ou seja, enunciamos algumas questões sobre as quais deve recair a necessária reflexão, para que seja possível chegar às soluções mais adequadas ao problema.

O nosso horizonte foi somente um: os menores. Esta dissertação foi elaborada sobre e para eles. Um dos objetivos primordiais foi analisar a proteção e a preocupação com os menores perante os desafios que a realidade atual apresenta. Qualquer esforço empreendido nunca será em vão, pois os menores

são o início de uma nova geração que tem a força para poder mudar o rumo da história.

Bibliografia

A) Monografias e Artigos

ALBANO, Manuel, “O combate ao Tráfico de Seres Humanos em Portugal 2007-2010”, *Colecção de Direitos Humanos e Cidadania, n.º 1. Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

ALBALADEJO, Miriam Pérez, LARA, Pedro Ángel Rubio, “El delito de trata de seres humanos en el derecho penal español: problemas...”, *Revista Aranzadi Doctrinal*, n.º 7, Julio 2016.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto, *Comentário ao Código Penal, à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2ª edição atualizada, Universidade Católica.

ALFAIATE, Ana Rita “A relevância Penal da Sexualidade dos Menores”, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

ALONSO, Esteban Juan Pérez, “Regulación internacional y europea sobre el tráfico ilegal de personas”, *El Derecho Penal ante el fenómeno de la inmigración*, Valencia, tirant lo blanch, 2007.

AMORIM, Rui Jorge Guedes Faria, “O interesse do menor: Um conceito transversal à jurisdição de família e crianças”, *Revista do CEJ*, 2º Semestre 2009.

ANTUNES, Maria João, “Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menores”, *Revista do CEJ*, 1º Semestre 2008.

CARVALHO, Américo Taipa de, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Coimbra Editora, 2012, Anotações aos artigos 159º, 160º e 161º do Código Penal.

CENTONZE, Alessandro, “Il Diritto penale della criminalità organizzata”, *Il Diritto Penale Della Criminalità Organizzata*, Milano, Giuffrè Editore, 2013.

COSTA, A. M. Almeida, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Coimbra Editora, 2012, Anotação ao artigo 222º do Código Penal.

DANIEL-WRABETZ, Joana “A Cooperação internacional na prevenção do Tráfico de Seres Humanos”, *Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

DIAS, Jorge de Figueiredo, “Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime”, *Direito Penal, Parte Geral, Tomo I*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

DUARTE, Jorge Dias, “Tráfico e exploração sexual de mulheres”, *Revista do Ministério Público*, Ano 22, Janeiro a Março de 2001.

ELLIS, Tom e **AKPALA**, James “Compreender a relação entre o tráfico de pessoas, o tráfico ilícito de migrantes e a criminalidade organizada: o caso da Nigéria” *Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 – Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

FILIPE, Anabela, “Investigação Criminal face ao Tráfico de Seres Humanos – (in) definições, dificuldades e desafios”, *Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses, Investigação Criminal n.º 1*, Lisboa, 2011.

GARCIA, Miguez M., **RIO**, J. M. Castela, *Código Penal Parte geral e especial*, Almedina, 2014.

GONÇALVES, Helena, “Crianças e Jovens em Perigo: Diagnosticar, Agir e Acompanhar”, em *Revista do CEJ* 1º Semestre 2009.

MACHADO, Paulo “Compreender o tráfico de pessoas: do global ao local”, *Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

MARCELINO, Patrícia, “A “Primavera Árabe” e o fluxo de Refugiados para a União Europeia: Comunicação num cenário de crise”, Instituto da Defesa Nacional, 2012.

MENDES, Paulo Sousa “Tráfico de Pessoas”, em *Revista do CEJ – Jornadas sobre a revisão do Código Penal*, 1º Semestre 2008.

MONIZ, Helena, *Comentário Conimbricense ao Código Penal*, Coimbra Editora, 2012, Anotação ao artigo 256º do Código Penal.

PATTO, Pedro Maria Godinho Vaz, “O crime de tráfico de pessoas no código penal revisto”, em *Revista do CEJ - Jornadas sobre a revisão do Código Penal*, 1º Semestre 2008.

PENEDO, Rita em “*Observando o observador – História de um sistema de monitorização*” em *Coletânea de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 – Tráfico Desumano n.º1*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **GOMES**, Conceição e **DUARTE**, Madalena “*Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico*”, em *Coleção de Direitos Humanos e Cidadania n.º 1 Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Pública, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **GOMES**, Conceição, **DUARTE**, Madalena, **BAGANHA**, Maria Ioannis, *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*, Lisboa, CIG, 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa, “Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de Exploração Sexual”, *Colecção de Estudos de Género 5*, Lisboa, CIG, 2008.

SIMÕES, Euclides Dâmaso, “O crime de Tráfico de Pessoas (por uma interpretação robusta ante a redundância legislativa) ”, *Revista do CEJ n.º 2*, 2013.

B) Internet

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Tratado de Lisboa, 2008 em https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf.

(Consultado em 25 de Janeiro de 2016).

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA, Tratado de Funcionamento da União Europeia, 1957 em http://www.concorrencia.pt/vPT/A_AdC/legislacao/Documents/Europeia/Tratado_Funcionamento_U_E.pdf.

(Consultado em 5 de Fevereiro de 2016).

BANCO CENTRAL EUROPEU, Tratado da União Europeia, 1992 em https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/maastricht_pt.pdf.

(Consultado a 6 de Janeiro de 2016).

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO, III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2013 em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/III_PL_PREV_TRAF_HUM_2014_017.pdf.

(Consultado em 6 de julho de 2016).

DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA, Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas, 2011 em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/directiva-2011-36-ue-do>.

(Consultado em 20 de Dezembro de 2015).

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME, Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça

penal, 2010 em https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2009_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf.

(Consultado em 3 de Abril de 2017).

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME, Relatório das Nações Unidas, 2014 em http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf.

(Consultado em 3 de Abril de 2017).

EUR-LEX, Decisão-Quadro 2008/841/jai do Conselho, relativa à luta contra a criminalidade organizada, 2008 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32008F0841>.

(Consultado em 8 de Março de 2016).

EUR-LEX, Plano das melhores práticas, normas e procedimentos, 2011 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A114168>.

(Consultado em 06 de Fevereiro de 2017).

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Protocolo de Nova Iorque, 1967 em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/conv-genebra%20protocolo%201967.htm>.

(Consultado em 30 de Janeiro de 2017).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO, Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, 1950 em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-04-11-950-ets-5.html>

(consultado em 17 de Dezembro de 2015).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO, Guia Legislativo Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à Repressão e à

Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, 2003 em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/GuiaProtMulheres.pdf>

(consultado em 27 de Dezembro de 2015).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO,
Convenção Suplementar relativa à abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravatura, 1956 em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl42172.pdf>.

(consultado em 10 de Dezembro de 2015).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO,
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, 2004 em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/protocolomigrantes2.pdf>.

(Consultado em 02 de abril de 2017).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO,
Declaração dos Direitos das Crianças, 1959 em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>.

(Consultado em 17 de janeiro de 2017).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO,
Convenção N.º 182 Da Organização Internacional Do Trabalho, Relativa À Interdição Das Piores Formas De Trabalho Das Crianças E À Acção Imediata Com Vista À Sua Eliminação, 1999 em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_6.htm.

(Consultado em 5 de Março de 2017).

GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO, Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, 2000 em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/ConvCrimOrganiz.pdf>.

(Consultado em 8 de Junho de 2016).

INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA, Boletim do Centro de Estudos, Documentação e informação sobre a Criança do Instituto de Apoio à Criança, 2013 em https://ciecum.files.wordpress.com/2013/07/infocedi_45_traficodecriancas.pdf.

(Consultado em 25 de março de 2017).

JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2000 em http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

(consultado em 15 de Janeiro de 2016).

OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS, Tráfico de Seres Humanos - Coletânea selecionada de instrumentos jurídicos, políticos e jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo, n.º5, 2012 em www.otsh.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Coletanea_5.pdf

(consultado em 21 de Janeiro de 2016).

UNICEF, Centro de Estudos Innocenti, *Manual sobre o protocolo facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, 2010 em https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf.

(consultado a 9 de Dezembro de 2015)

UNICEF, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, 2002 em

https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_crianças_em_conflitos_armados_pt.pdf

(consultado em 30 de Janeiro de 2016).

UNICEF – A Convenção sobre os Direitos das Crianças, 1990 em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

(consultado em 6 de Fevereiro de 2016)

Índice

Considerações Iniciais 13

Capítulo I - Tráfico de Pessoas e Tráfico de Menores: enquadramento geral à luz dos princípios orientadores e respetiva diferenciação. 15

O caminho traçado até aos dias de hoje. 15

1. *O Tráfico de Pessoas: a origem e o princípio do fim* 15
2. *Tráfico de Pessoas: a evolução legislativa.* 17
 - 2.1 Criminalização do Tráfico de Pessoas em Portugal..... 17
 - 2.2 A atual versão do crime de Tráfico de Pessoas..... 23
3. *Tráfico de Menores: Especificidade em relação ao Tráfico de Pessoas* 25
 - 3.1 A necessidade de consagrar os direitos e interesses do menor. 25
 - 3.2. O Tráfico de Menores e as suas especificidades. 26

Capítulo II - O Tráfico de menores a nível europeu. 30

Os Instrumentos Jurídicos Europeus 30

1. *Introdução à produção legislativa internacional.* 30
2. *A atividade legislativa da União Europeia.* 31
 - 2.1 A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia 31
 - 2.2. O Tratado de Lisboa. 32
 - 2.3 A Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de Outubro de 2008 – A luta contra a criminalidade organizada. 34
 - 2.4 Diretiva relativa à Prevenção e Luta contra o Tráfico de Seres Humanos e à Proteção das Vítimas 35
- 3 *As disposições da Organização das Nações Unidas.* 38
 - 3.1 A Convenção sobre os Direitos da Criança. 38
 - 3.2 Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados. 41
 - 3.3 Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional. 42
 - 3.4 Protocolo Adicional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças: a “*Convenção de Palermo*”. 43
 - 3.5 Protocolo Facultativo Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil. 46
4. *O Tráfico de Menores no Direito Comparado.* 48
 - 4.1 Ordenamento Jurídico Espanhol 49
 - 4.2 Ordenamento Jurídico Italiano 51
 - 4.3 Confronto com Ordenamento Jurídico Português. 53
5. *Ponto de ordem* 55

Capítulo III - Especificidades do Tráfico de Menores a nível nacional. O procedimento: da sinalização à condenação. 56

1. *A linha ténue que conecta e distancia o Auxílio à Imigração Ilegal do Tráfico de Menores* 56
- 2 *O caminho percorrido pelo agente e pelo menor.* 61

2.1 Os ilícitos necessários na preparação e execução do tráfico de menores: a ótica do agente.	61
2.2 As finalidades do tráfico destinadas ao menor.	65
3. <i>Da Prevenção ao Combate: o procedimento.</i>	72
3.1 A prevenção: o pilar fundamental.	72
3.2 A sinalização das vítimas e a relevância da cooperação judiciária.	75
3.3 A Investigação em sede de tráfico de menores e a vítima.	78
Capítulo IV - Os Refugiados e o Tráfico de Menores.	89
Considerações Finais	96
Bibliografia	98